

CEDI - P.I.B.
DATA 03 05 93
COD. E9D 00061

**DEMANDAS E INSTRUMENTOS DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIEN-
TAL PARA A AMAZÔNIA, CERRADO
E PANTANAL**

Tema: Povos Indígenas

**Consultores: Ezequias Heringer
Lia Zanotta Machado**

IBAMA

**PNMA - Programa Nacional do Meio Ambiente
Dez/92**

Índice

1 - Apresentação	03
2 - Metodologia e bases conceituais	04
2.1 - Conceito de Índio	05
2.2 - Os povos indígenas e a relação tradicional com a natureza	10
2.3 - Os povos indígenas e a sensibilidade aos usos antrópicos	12
3 - Povos e terras Indígenas	13
4 - Terras indígenas e ações antrópicas	29
5 - Indicadores de ações antrópicas	35
6 - Análise do planejamento e gestão ambiental, segundo os indicadores apresentados	40
7 - Diretrizes e recomendações para os instrumentos de planejamento e gestão ambiental	54
7.1 - Zoneamento Ecológico-Econômico	55
7.2 - Gerenciamento de Bacias Hidrográficas	56
7.3 - Avaliação dos Impactos Ambientais	57
Anexos:	
Bibliografia consultada	59
Listagem de especialistas atuantes no tema estudado	60

1 - APRESENTAÇÃO

Este trabalho abrange 131 terras indígenas impactadas pelas ações antrópicas abordadas. O curto espaço de três meses para sua elaboração, condicionou o relatório final ora apresentado ao conhecimento anterior dos consultores sobre o tema. Se não houve avanço objetivo no tratamento dos aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais, procurou-se pelo menos colocar a discussão de conceitos que parecem melhor compreender o conjunto das relações entre os povos indígenas e a sociedade nacional, como a noção de "impacto global", "povos indígenas autônomos", e o próprio conceito de "índio".

Os indicadores das ações antrópicas com impactos relevantes sobre os povos indígenas e seus territórios, são os mesmos utilizados pelos estudiosos de índios em geral, analisados sob o enfoque dos impactos globais, cujas inter-relações são aqui amostradas; de forma a possibilitar a percepção de que as ações antrópicas representadas pelos grandes empreendimentos não se realizam exclusivamente no âmbito físico, mas que suas influências, muitas vezes, têm repercussões imateriais sobre as concepções indígenas do mundo.

De forma a ilustrar o universo trabalhado, é apresentado um mapa, na escala de 1: 5.000.000, contendo os limites das terras indígenas e o reconhecimento das ações antrópicas relevantes que as influenciam.

2 - METODOLOGIA E BASES CONCEITUAIS.

Para uma política ambiental brasileira, a questão indígena deve ser analisada sob um duplo aspecto. Em primeiro lugar, a produção tradicional indígena implica na preservação ambiental. Assim, a proteção às terras e culturas indígenas é proteção ao ambiente. Em segundo lugar, os povos indígenas são aqueles que, de forma mais imediata sofrem a agressão dos usos antrópicos da sociedade nacional sobre o ambiente. Os povos indígenas contemporâneos, são assim altamente vulneráveis e sensíveis aos usos antrópicos do ambiente pela sociedade nacional.

A atual expansão da fronteira econômica se faz em direção a áreas até recentemente com seus ambientes preservados e onde as culturas indígenas conseguiam manter seu formato tradicional. As novas atividades dos garimpos, da pecuária e da agricultura de monocultura e de implementos agro-tóxicos, sem esquecer o impacto das hidrelétricas, alcançam áreas até então exclusivamente voltadas para a extração da seringa, da castanha e para a caça, a pesca e a agricultura de subsistência, onde as agressões ao ambiente são mínimas pois sua continuidade implica na capacidade de auto-reprodução da natureza.

A relação entre povos indígenas e ambiente será assim recordada por estes dois vértices. De um lado, a ênfase na política de proteção às terras indígenas e ao ambiente. De outro, a ênfase, no grau de vulnerabilidade e sensibilidade dos povos indígenas em relação aos usos antrópicos da sociedade nacional.

Metodologicamente, caracterizaremos a relação dos povos indígenas e ambiente através de indicadores relativos aos diferentes tipos de ações impactantes da sociedade branca sobre as terras e as culturas indígenas. A partir dos levantamentos e dados da FUNAI, e CIMI, corrigidos parcialmente, no que foi possível, (em função dos contatos dos consultores com representantes indígenas e do próprio conhecimento prévio), foram diferenciadas as áreas indígenas entre as que estão intrusadas ou impactadas e aquelas (ainda) não impactadas. As ações de impacto estão diferenciadas segundo o tipo de ação impactante: 1) mineração

(ouro, cassiterita e pedreira), 2) presença de hidrelétricas, 3) exploração madeireira, 4) arrendamento para agropecuária e 5) presença de estradas e ferrovias.

A inserção da temática dos "povos indígenas" nas questões relativas à gestão ambiental, tanto no Brasil como em vários Estados-Nações, como a nível internacional em geral, deveu-se a uma dupla preocupação: a preservação de povos autóctones representantes de culturas diversificadas que dependem de territórios para sobreviver e o reconhecimento de que a preservação ambiental faz parte das formas culturais de relacionamento entre homem e natureza.

Assim, antes de tratar da sensibilidade dos povos indígenas aos usos antrópicos da sociedade "branca", faz-se necessário apresentar os fundamentos que informam este trabalho no que se refere ao conceito de índio.

2.1 CONCEITO DE ÍNDIO

A ocupação humana do continente americano tem sido tema constantemente discutido pelas ciências que se dedicam a conhecer os origens históricas, e suas propriedades ontológicas, da dispersão do "homo sapiens" no planeta. É no contexto da conquista da América que surge o termo "índio", como designativo genérico dos povos aqui encontrados, cerca de 5-6.000.000 de pessoas somente no atual território brasileiro.

Pesquisas paleontológicas e arqueológicas realizada nos últimos 20 anos na região do atual Parque Nacional da Serra da Capivara, sul do estado do Piauí, evidenciam a origem extra-continental de paleo-índios, num espaço de tempo não inferior a 50.000 anos. É certo que esse dado é pouco significativo quando interposto na história natural da espécie humana, mas bastante representativo para confirmar a elaboração autônoma ou americana, de importantes aspectos culturais e também da agricultura.

Estes fatos atestam a longevidade da ocupação continental pelos "índios", em contraste com o "descobrimento" (invasão) da América pelos europeus, o que impõe o reconhecimento dos caminhos percorridos por esses povos, muito antes de sua integração à história universal dos povos letrados.

O conceito de índio tem variado ao longo do tempo e das regiões e, até hoje, passa por reinterpretações ou manipulações ideológicas, decor-

rentes de critérios e anseios determinados pelas sociedades dominantes. Tem-se também de considerar que "índio" enquanto categoria genérica, englobando todos os povos nativos, em contraste com os povos coloniais que aqui se estabeleceram com a conquista, não tinha outro conceito equivalente entre os próprios povos "índios".

O cinco séculos de trocas genéticas entre populações de índios, europeus, africanos, e mestiços de variados graus e origens, haveria inevitavelmente de produzir sociedades profundamente miscigenadas. Os índios, mesmo os grupos autônomos, podem ser tocados por esse processo. Isso não obriga a "deculturações" ou "aculturações", mas a trocas culturais, numa permanente dinâmica de configurações culturais.

Índios Autônomos

Assim como o termo índio é genérico, o qualitativo "autônomo" também o é. Refere-se aos grupos que historicamente têm permanecido diferenciados culturalmente e distanciados socialmente da sociedade dominante. Frequentemente os povos indígenas autônomos são chamados de "arredios" ou "isolados", o que expressa uma forte carga etnocêntrica do processo de colonização.

Os povos indígenas autônomos, enquanto conseguem adotar ou criar alternativas para a continuidade da interação com o meio ambiente, formam um todo autônomo política e economicamente, em contraposição à idéia de um isolamento da sociedade dominante, com a qual compartilham o mesmo território político-geográfico. Além disso e dos aspectos civilizatórios, os mecanismos técnicos de apropriação do meio ambiente dos quais dispõem e a prática de uma economia de subsistência representada pela coleta, caça, pesca e alguns casos a agricultura de pequena escala, os colocam numa relação utilitária do meio ambiente bastante distanciada, em suas dimensões quantitativas e qualitativas, das ações antrópicas convencionais, que visam o uso dos fatores naturais e neles interferem ao nível da economia de excedentes.

Cabe ressaltar que os povos indígenas autônomos são conhecidos apenas através das informações de outros índios, ou pelos sinais de vida localizados nas clareiras das florestas, ou pela defesa que fazem do seu território atacando a todos estrangeiros indiscriminadamente. Estão localizados em regiões periféricas às frentes de desenvolvimento econômico, em alguns casos em áreas insalubres ou de difícil acesso. Contudo não são representações de uma era pré-

colombiana e o seu isolamento atual não significa que tenha durado 500 anos. A exemplo dos índios Xavante, que foram contatados "oficialmente" neste século em 1946, mas que já haviam sido aldeados desde 1780 em diversas aldeias oficiais, na Capitania de Goiás. Há muitos povos indígenas que antes mantinham relações amistosas e até intensas com segmentos da sociedade nacional, que fugiram desse convívio em função de razões específicas.

Do ponto de vista da civilização esses índios são considerados isolados. Porém do seu ponto de vista são autônomos, vivem suas práticas culturais sem ingerência de qualquer força exterior, conduzem sua história por convicção própria e, certamente, estão tão inclusos em seus ambiente que não lhes resta senão trata-lo como a si mesmo.

Cultura e Identidade Cultural

O conceito de cultura tem estado, ao longo dos tempos, entre os principais interesses das Ciências Sociais. Suas transformações e variações têm gerado uma constante discussão entre os setores responsáveis por sua gestão, centros de inteligência e a sociedade em geral, resultando em múltiplas conceitualizações e diferentes formas de abordagem.

É intenção deste trabalho pensar a cultura de forma simples, porém determinada. Etimologicamente "cultura" deriva do verbo latino "colere", que significa "cultivar" e define as relações entre homem e natureza. Essas relações têm limites contidos por um extremo representado por complexidades sociais quando se ampliam e se diversificam, e por outro, representado pela simplicidade (primitividade) da constituição social, quando se restringem e se aproximam do ambiente envolvente, podendo mesmo a nele se incluir (não se distinguir).

Cultura - Formas de ser, pensar e atuar que caracterizam grupos humanos, através das representações do seu sistema interno de valores e dos relacionamentos com o mundo exterior.

Culturas Indígenas - Produzem um estilo étnico que as distinguem das chamadas culturas ocidentais.

Os povos indígenas se caracterizam principalmente por falarem línguas e produzirem culturas distintas e contrastantes com a sociedade nacional, e por formas particulares de vida comunitária e de herança histórica e social

que os identificam como grupos étnicos específicos. A língua, juntamente com as formas de organização social e ritual ao lado de determinados elementos de natureza biológica ou cultural, constitui o indicador mais expressivo de um grupo étnico.

No entanto grupos étnicos falantes de diferentes línguas podem configurar complexos culturais, como acontece no Parque Indígena do Xingu. Ali encontram-se 14 grupos indígenas com variadas classificações lingüísticas como o Tupi, Jê, Karib, Aruak, e línguas alófilas, que se homogenizam do ponto de vista social e de suas categorias mais gerais como a visão sobre o universo, demonstrando a influência da história na dinamização interna das culturas. É provável que o complexo cultural do alto Xingu tenha se dado após a colonização do continente americano, ou invasão sob o ponto de vista dos índios.

Esta interferência pode ser percebida claramente em outros casos como o dos Mura, conhecidos por sua importante participação no movimento de resistência aos portugueses, a Cabanagem. Constituídos pelos sub-grupos Pirahã, Torá e Mura, com uma população calculada em 40-60.000 pessoas no primeiro quartel do século passado, hoje somam pouco mais de 2.000 pessoas, mas já foram bem menos. Após a inssureição restou aos Torá juntarem-se aos Matanawí, de língua Txapacura, portanto Tupi, na formação de uma pequena aldeia ainda hoje existente às margens do rio Marmelos, no estado do Amazonas, com cerca de 20 pessoas. A língua que falam é Txapacura e os rituais e a cultura material é Torá, e esse conjunto de valores é que os identifica perante a si mesmos e à região: uma cultura distinta estruturalmente em formação.

De forma diferente e pelo mesmo determinante histórico, os outros sub-grupos Mura, Pirahã e Mura, seguiram caminhos diferentes dos Torá e diametralmente opostos entre si. Enquanto o sub-grupo Mura descaracterizou-se culturalmente ao ponto de se ver confundido com a cultura genérica do "beiradão" (margens dos rios), e se encontrar atualmente numa busca enfática de retomada dos valores ancestrais, os Pirahã isolaram-se do mundo envolvente de tal forma que desprezam tudo que não pertença ao seu próprio mundo, que é totalizantemente Pirahã.

Há que se considerar, finalmente, o caso dos índios que vivem nas fronteiras geográficas do país, e que partilham do conhecimento e da nacionalidade e de outras territorialidades políticas como os Tikuna, Kampa, Waiampí e outros. Além de se identificarem como índios específicos, também se identificam

como nacionais do Brasil, embora tenham parentes em outros países. Se migrarem para esses países, certamente se identificarão como seus nacionais. A capacidade de manipular essas identidades exteriores de grande importância para sua sobrevivência, não interfere com a sua identidade étnica.

Índios - Pessoas que formam sociedades que se distinguem e são distinguidas como partícipes originais do processo de construção social, cultural e ecológica do continente americano. São os primeiros humanizadores da América.

2.2 - OS POVOS INDÍGENAS E A RELAÇÃO TRADICIONAL COM A NATUREZA

A relação entre os povos indígenas e a natureza é constituída como uma "relação de reciprocidade". Entre as mais diversas culturas indígenas, tanto dos povos exclusivamente caçadores e coletores como dos que combinam essas atividades com a agricultura de subsistência, está presente a noção de que a natureza é quem oferece aos homens as raízes, os frutos e as plantas, resultados da agricultura ou da coleta, os animais terrestres e os peixes. Assim, aos homens cumpre realizar rituais de propiciamento e agradecimento, e preservar a capacidade reprodutiva da natureza. As atividades econômicas não se constituem em ações depredatórias.

O conhecimento indígena implica em profundo conhecimento do ambiente. Como cada cultura em cada contexto realiza um formato original de se relacionar com a natureza, falar de todas as culturas se torna impossível. Contudo, um só exemplo basta para revelar a posição contrastiva das culturas indígenas face à branca.

Os Xavante do Suyá Missu, (vide relatório das antropólogas Iara Ferraz e Patrícia Rodrigues de 9 de abril de 1992), estão hoje em "terras de outros", na área de reserva, "emprestada por parentes", onde a caça rareia, os peixes são em menor quantidade e não há acesso à vegetação tradicional de onde retiravam alimentos tradicionais e materiais para fazerem suas casas, seus arcos e suas flechas.

Esses Xavante, como também outros grupos Xavante, têm sua atividade econômica fundada nas relações imbrincadas com o cerrado, o varjão e matas amazônicas. Os Xavante do Suyá Missú fundam suas aldeias no cerrado. Conhecem intimamente as plantas do cerrado, seus frutos comestíveis como o pequi, plantas medicinais e plantas das quais tiram a palha ("wesupó") para fazerem as casas. Da mata da Serra do Roncador, tiram entre outros, o inhame, o cará, plantas medicinais, o "pati", cuja madeira é ideal para a produção de arcos e flechas e a "embira" para amarrar os arcos (feita da entrecasca desta árvore). Na mata, podem caçar anta, veado, porco caítiu, tamanduá, cotia, cobra, onça parda, perdiz e jaó.

A possibilidade de caça para a subsistência implica na preservação das espécies (e não o contrário como na sociedade branca) e implica na preservação das matas. A pesca de subsistência implica na preservação das várias cabeceiras do rio Xavantinho localizadas na sua região tradicional que querem recuperar. Hoje esta área se encontra com áreas de mata parcialmente preservada e vegetação nativa paulatinamente tomando conta de área anterior de pecuária implantada por fazendeiros nos anos sessenta. A possível recuperação dessa área como Xavante é ao mesmo tempo possibilidade de manutenção da cultura Xavante, de preservação e de recuperação do ambiente parcialmente degradado por queimada e pecuária.

2.3 - OS POVOS INDÍGENAS E A SENSIBILIDADE AOS USOS ANTRÓPICOS

Os diferentes tipos de ações antrópicas da sociedade "branca": mineração, exploração madeireira, hidrelétricas, arrendamento para pecuária ou agricultura e presença de estradas e ferrovias, devem ser analisados em três perspectivas. Não são alternativas. São perspectivas acumulativas.

A primeira perspectiva é a de que, em termos puramente ambientais, os danos podem ser lidos como os resultantes destes diferentes tipos de ações em qualquer área. Desse modo, o que outros especialistas, no interior desse projeto amplo, puderam dizer sobre a diferença de danos potenciais e efetivos ao ambiente e à saúde humana, valem para aquelas situações aqui descritas que atingem as áreas indígenas.

A segunda perspectiva é a de que há uma diferença: os efeitos sobre as populações indígenas são potencializados dado o maior grau de vulnerabilidade das sociedades indígenas. A utilização do mercúrio atinge as populações indígenas que vivem não só perto dos garimpos como os grupos ribeirinhos. Muitos são os povos indígenas pesqueiros e dependentes do peixe como o alimento principal ou um dos principais. As queimadas e os desmatamentos atingem crucialmente a forma de vida dos indígenas dependentes do equilíbrio do ecossistema. Sua produção é altamente imbricada e enraizada na utilização de toda diversidade de um "nicho ecológico".

A terceira perspectiva que introduzimos é a respeito do "impacto global" dessas ações sobre os povos indígenas. Independentemente de cada tipo de ação, os efeitos sobre os indígenas devem ser analisados globalmente, pois ações que já foram chamadas de impactos "indiretos" como a presença das estradas e ferrovias, podem ser devastadoras para a cultura e sobrevivência indígena, através da entrada de doenças ou de regionais que afetam os valores e as formas de vida. A idéia de impacto global é introduzida em substituição à idéia de impactos diretos e indiretos, a exemplo de uma recente tradição de trabalhos anteriores, que vai se impondo paulatinamente em estudos das áreas indígenas atingidas por Grandes Projetos.

Antes de apresentarmos a situação das terras indígenas face aos tipos de ações antrópicas, apresentaremos a situação geral das terras indíge-

nas, em função de sua situação de terras a serem demarcadas, ou já demarcadas, e sua relação com a classificação dos grupos indígenas e os dados populacionais. A seguir, apresentaremos a classificação das terras indígenas diferenciadas pelos tipos de ações impactantes da sociedade "branca".

3 - POVOS E TERRAS INDÍGENAS

O processo de interiorização dos povos indígenas tem sido regulado por uma série de fatores históricos, que têm determinados graus de pressão sobre os seus territórios, cada qual ao seu tempo e modo. Das incursões em busca de drogas do sertão e mão-de-obra escrava, das guerras de extermínio promovida pelos portugueses, das ações punitivas do governo brasileiro (primeira metade do século passado) que possivelmente custou a metade da população indígena da Amazônia, à fundação do SPI - Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais em 1910, à promulgação do Estatuto do Índio em 1973, ao atual crescimento geral da população indígena apesar da redução de alguns grupos, resulta na prática de um modelo secularmente tradicional de estruturação agrária, que impõe uma política indigenista profundamente anacrônica e distante das aspirações dos índios.

Ainda assim cerca de 12% do território brasileiro é indígena, ou seja, está dentro da abrangência do processo de regularização fundiária, se bem que nem a metade deste total esteja homologado no Departamento de Patrimônio da União, organismo responsável pelo reconhecimento das terras indígenas, já que os índios não detêm a propriedade sobre elas, apenas a posse e o usufruto das riquezas naturais. Esses bens de herdade histórica e natural, são geridos de forma tutelar pelo Estado, que, por força Constitucional, assiste e protege os índios. A observação demográfica das populações indígenas, mostra a seguinte evolução:

1500	5/6.000.000
1818	600.000
1890	300.000
1957	120.000
1987	230.000
1991	250.000

Após atingirem um mínimo populacional em meados deste século, os índios têm crescido numericamente através de um lento processo de reconstituição populacional. Talvez a mais importante variável sobre a expectativa de sobrevivência esteja ligada às condições de saúde, decorrentes de doenças infecto-contagiosas ocidentais, para as quais os sistemas imunológicos e o aparato preventivo e terapêutico indígenas, não estão preparados. De um modo geral as

frentes de atração patrocinadas pela FUNAI, depopularam algo em torno de 45% após os dois primeiros anos do primeiro contato, de grupos localizados em áreas de influência de grandes projetos. Este quadro demonstra a eficiência da proteção do Estado, que muitas vezes é apenas uma justificativa deliberada das ações desenvolvimentistas. A partir do reconhecimento dos direitos naturais dos índios, nada impede que essas populações sejam incluídas nos anseios de progresso do país, desde que aceitos como povos genuinamente americanos, os primeiros formadores da sociedade brasileira.

TERRAS INDÍGENAS (*)
Amazônia Pantanal Cerrado

Abreviaturas

SEQ = Sequência

ha = Superfície em hectares

POP. = População

A IDE = A Identificar

IDE = Identificada

A DEM = A Demarcar

DEM = Demarcada

REF = Numeração por sigla estadual

SPI = Serviço de Proteção aos Índios (até 1967)

A.I. = Área indígena

Ig. = Igarapé

(*) Fonte: Funai

Estado do Acre

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha	POP	A IDE	IDE	A DEM	DEM
01	Alto Rio Purus	Kaxinawa	265.000	1.092		82	92	
02	Alto Tarauaca	Kaxinawa	52.000	1.400		87	92	
03	Arara/Igarapé Humaitá	Arara	27.000	200		92	92	
04	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	76.680	50		87	92	
05	Campinas/Katukina	Katukina	32.624	150		84		85
06	Igarapé Anjo	Kulina	(a definir)	100	92		93	
07	Igarapé do Caucho	Kaxinawa	12.318	300		84		87
08	Jaminawa Arara/Baje	Jaminawa, Arara	28.280	150		85	92	
09	Jaminawa Igarapé Prêto	Jaminawa	25.917	150		84	92	
10	Kampa do Rio Amônia	Kampa	287.205	260		85	92	
11	Kampa do Rio Envira	Kampa, Autônomos	247.200	80		83	92	
12	Katukina/Kaxinawa	Katukina, Kaxinawa	23.474	695		83		87
13	Kaxinawa Colônia Vinte e Sete	Kaxinawa	105	40		82		82
14	Kaxinawa Nova Olinda	Kaxinawa	27.533	270		83		87
15	Kaxinawa Praia do Carapanã	Kaxinawa	(a definir)		92		93	
16	Kaxinawa do Rio Breu	Kampa, Kaxinawa	2 3.840	175		87	92	
17	Kaxinawa do Rio Humaitá	Kaxinawa	127.383	375		82		85
18	Kaxinawa do Rio Jordão	Kaxinawa	87.293	900		82		85
19	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina	14.400	76		83	92	
20	Kulina do Rio Envira	Kulina, Kaxinawa	84.365	245		83		87
21	Mamoadate	Jaminawa, Machineri	313.647	800		83		86
22	Nukini	Nukini	27.264	350		85		85
23	Poyanawa	Poyanawa	19.987	300		84	92	
24	Recreio I	?	(a definir)		92		93	
25	Rio Gregorio	Katukina, Yawanawa	92.859	360		82		84
26	Riozinho da Liberdade	Arara	(a definir)		92		93	
27	Timbauba	Kaxinawa	(a definir)		92		93	
28	Xinane	Autônomos	175.000			87	92	
	TOTAL		1.871.374	8.418				

Terras demarcadas: 11

Terras a definir: 5

Áreas sem dados sobre população: 6

Superfície: 1.871.374 ha.

População: 8.418

Estado do Amazonas

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha	POP	A IDE	IDE	A DEM	DEM
01	Acimã	Apurinã	40.800	70		87	92	
02	Acopari de Cima	Kokama	(a definir)	120	92			
03	Água Preta/Inari	Apurinã	138.500	120		87		
04	Alto Sepatini(Terra Macacos)	Apurinã	27.500	70		87	92	
05	Alto do Rio Negro(unificação)	Diversos	8.150.000				93	
06	Andirá-Marau	Sateré-Mawé	788.528	5.825		80		82
07	Apurinã Igarapé São João	Apurinã	15.050	53		85	92	
08	Apurinã Igarapé Tauamirim	Apurinã	96.457	119		83		87
09	Apurinã Km 124 BR-317	Apurinã	42.128	150		84		90
10	Arari	Mura	(a definir)		92		92	
11	Baixo/Médio Rio Negro	Diversos	(a definir)		92		93	
12	Balaio	Kokama,Kambeba	54.840			87	92	
13	Banawa Yaff do Rio Piranhas	Jamamadi	79.680	200		87	92	
14	Barreira das Missões	Diversos	1.772	480			88	
15	Boa Vista	Mura	230	30		SPI	92	
16	Boca do Acre	Apurinã	26.240	110		82		77
17	Cacau do Tarauacá	Kulina	28.367	82		85		87
18	Caítitu	Apurinã	308.062	264		83		87
19	Camadeni	Apurinã	151.200	65		87	92	
20	Camicuã	Apurinã	58.519	450		82		85
21	Capivara	Mura	650	140		85		SPI
22	Castanha	Mura	(a definir)		92		92	
23	Catipari/Mamoriá	Apurinã	117.000	115		87	92	
24	Ciriquiqui	Apurinã	100.000			88	92	
25	Coatá Laranja	Munduruku	805.000	1.760		82	92	
26	Cubaté	Baniwa,Baré	23.201	1.500		83		90
	(Incluída A.I. Alto Rio Negro)							
27	Çuia	Mura	1.322		40			SPI
28	Cuiari	Baniwa, Kobewa	13.883	130				90
	(Incluída A.I. Alto Rio Negro)							
29	Cuiucuiu	Miranha	(a definir)	400		92		
30	Cunhã	Mura	12.730	140		SPI	92	
31	Deni	Deni	998.400	361		85	92	
32	Espírito Santo	Tikuna	(a definir)	140	92			
33	Estréla da Paz	Tikuna	13.212	60		82		87
34	Gavião	Mura	8.612	45		85		87
35	Guajáhã	Apurinã	4.930	100		87	92	
36	Guapenu	Mura	2.450	180		85		SPI
37	Içana-Aiarí	Baniwa,Kobewa	266.909	3.500		76		90
	(Incluída A.I. Alto Rio Negro)							
38	Içana-Rio Negro	Kobewa,Baré	224.941					90
39	Igarapé Capana	Deni e Jamamadi	127.650			91	92	
40	Igarapé Carioca	Apurinã	(a definir)		92		93	
41	Igarapé Grande	Kambeba	400	65				SPI
42	Igarapé Joari	?	(a definir)	20	92		93	
43	Igarapé Pataua	Apurinã	(a definir)		92		93	
44	Igarapé Sepoti	Tenharim	(a definir)		92	93		
45	Ilha Jacaré Xipacá	?	2.044					SPI
46	Ilha do Camaleão	Tikuna	9	120		88	92	
47	Inauini/Teuini	Apurinã	450.000	450		88	92	
48	Ipixuna	Apurinã	173.510	54		85	92	
49	Itaitinga	Mura	160	25		85		SPI
50	Jabuti	Mura	(a definir)		92		92	
51	Jacareuba/Katawixi	Autônomos	(a definir)		92		93	
52	Jaquiri	Kambeba	1.820	75		82		87
53	Jarawara/Jamamadi/Kanamati	Jamamadi/Kanamati	383.757	262		87	92	
54	Jatuarana	Apurinã	5.251	45		82		85

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha	POP	A IDE	IDE	A DEM	DEM	
55	Jaurá	Mura	(a definir)	25	92		92		
56	Josefa	Mura	(a definir)		92		92		
57	Juma	Juma	38.700	8		87	92		
58	Juruá	Kulina	30.687	140		82	92		
59	Jutal/Agapó-Açu	Mura	(a definir)	40		91			
60	Kanamarí do Rio Juruá	Kanamarí	607.503	496		85	92		
61	Kokama	Kokama	930	140		83	92		
62	Kulina do Médio Juruá	Kulina	770.300	915		85	92		
63	Kulina do Médio Jutá	Kulina	(a definir)	30	92		93		
64	Kulina do Rio Akurawa	Kulina	(a definir)		92		93		
65	Kumarú do Lago Uala	Kulina	(a definir)	155	92				
66	Kuripaco	Kuripaco, Kobewa	116.443					88	
67	Lago do Aiapoá	Mura	24.866	420		82		87	
68	Lago do Berurí	Tikuna	4.600	120		82	92		
69	Lago do Limão	Mura	(a definir)	36	92		92		
70	Lameirão	Mayoruna	49.500	80		80	92		
71	Macarrão	Tikuna	44.268	450		82		87	
72	Maku	Diveros	43.155	431				90	
	(Incluída A.I. do alto Rio Negro)								
73	Maku do Kama	Maku	(a definir)		92		93	90	
74	Maku do Rio Apaporis	Maku	(a definir)		92		93		
75	Maraã Urubaxí	Maku	83.000	88		87	92		
76	Marajá	Mayoruna	1.196	267		82		87	
77	Marimã	Autônomos	91.840	60		87	92		
78	Marinheiro	Mura	(a definir)		92		93		
79	Médio Içaná	Baniwa, Kobewa	262.412	936		85		90	
80	Méria	Miranha	663	75		82		SPI	
81	Miguel	Mura	(a definir)		92		93		
82	Miratu	Miranha	13.199	293		82		85	
83	Muratuba	Mura	(a definir)						
84	Murutinga	Mura	1.270	316		85		SPI	
85	Natal/Felicidade	Mura	313	60		85		SPI	
86	Nhamundá/Mapuera	Wai-Wai e Hixkaryana	1.049.520	1.116		82		88	
87	Nova Esperança	Tikuna	(a definir)		92		93		
88	Nove de Janeiro	Parintintin	234.400	141		85	92		
89	Onça	Mura	413					SPI	
90	Pacovão	Mura	(a definir)		92		93		
91	Padre	Mura	840	45		85		SPI	
92	Pai Raimundo	Yanomami	(a definir)		92		93		
93	Pantaleão	Mura	(a definir)		92		92		
94	Paracuhuba	Mura	927	35		85		SPI	
95	Paraná Boa Boa	Kanamarí	243.500	56		88	92		
96	Paraná do Paricá	Kanamarí	8.220	15		88	92		
97	Parí-Cachoeira I	Tukano e Maku	353.027	1.300		84		89	
	(Incluída A.I. Alto Rio Negro)								
98	Parí-Cachoeira II	Maku e Tukano	155.336	1.300				89	
	(Incluída A.I. do Alto Rio Negro)								
99	Parí-Cachoeira III	Maku e Tucano	11.158	1.200				89	
	(Incluída A.I. do Alto Rio Negro)								
100	Parintintin	Parintintin	(a definir)	53	92		93		
101	Paumarí do Cunivá	Paumarí	35.000	53		87	92		
102	Paumarí do Lago Manissuá	Paumarí	11.700	140		87	92		
103	Paumarí do Lago Marahã	Paumarí e Apurinã	78.400	270		87	92		
104	Paumarí do Lago Paricá	Paumarí	15.800	30		87	92		
105	Paumarí do Rio Ituxí	Paumarí	6.700	38		88	92		
106	Peneri Tacaquirí	Apurinã	191.000	700		87	92		
107	Pirahã	Pirahã	389.000	179		85	92		
108	Piranhas	Kanamarí e Jamamadí	(a definir)	130	92		93		
109	Porto Praia	Tikuna	(a definir)	120		91			

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha	POP	A IDE	IDE	A DEM	DEM	
110	Recreio/São Felix	Mura	251	130		85		SPI	
111	Rio Biá	Katukina	1.180.200	400		83	92		
112	Rio Jumas	Mura	(a definir)	46	92			93	
113	Rio Manicoré	Mura	(a definir)		92			93	
114	Rio Paduarí	Yanomami			92			93	
115	Rio Traíra	Maku	(a definir)		92			93	
116	Riozinho	Tikuna e Kulina	(a definir)		92			93	
117	Samauma	Tukano e Desano	(a definir)		92			93	
118	São Felix	Mura	(a definir)		92			92	
119	São Pedro	Mura	726	20		85		SPI	
120	São Pedro do Sepatini	Apurinã	27.800	40		88	92		
121	São Sebastião	Caixana	(a definir)	160	92				
122	Sapucaia	Mura	106.150			88	92		
123	Seruni Marienê	Apurinã	144.000	150		87	92		
124	Tabocal	?	(a definir)	20	92			93	
125	Taioré	?	(a definir)		92			93	
126	Tapauá	Katukina e Paumarí	(a definir)	290	92			93	
127	Taracua	Diversos	480.414	1400		83		90	
	(Incluída no A.I. Alto Rio Negro)								
128	Tenharim Igarapé Prêto	Tenharim	79.500		62		85	92	
129	Tenharim Marmelos	Tenharim	488.550	250		85	92		
130	Terra Prêta	Mura	(a definir)		92		92		
131	Terra Vermelha	Tikuna	6.928	100		82		87	
132	Tikuna Betânia	Tikuna	121.000	2085		87	92		
133	Tikuna Bom Intento	Tikuna	897	120		84		87	
134	Tikuna Evare I	Tikuna	546.000	7333		84	92		
135	Tikuna Evare II	Tikuna	165.000	2200		84	92		
136	Tikuna Lauro Sodré	Tikuna	9.600	60		82	92		
137	Tikuna Porto Espiritual	Tikuna	3.550	160		82	92		
138	Tikuna São Leopoldo	Tikuna	69.271	400		84		87	
139	Tikuna Umariaçu	Tikuna	1.600	1720		84	92		
140	Tikuna de Feijoaí	Tikuna	46.200	1320		84		88	
141	Tikuna de Santo Antonio	Tikuna	1.065	1095		84		87	
142	Tikuna do Rio Içá	Tikuna	(a definir)		92				
143	Torá	Torá	24.600			85	92		
144	Tracajá	Mura	690	20		85		SPI	
145	Trincheira	Mura	1.625	200		85		SPI	
146	Trombetas Mapuera	Wai-Wai e Karafawyna	(a definir)		92		92		
147	Tumiã	Apurinã	124.000	110		87	92		
148	Tupã-Supé	Tikuna	(a definir)	27		91			
149	Uati-Paraná	Tikuna	127.199	330		82		87	
150	Uneiuxi	Maku e Tukano	405.000	340		83	92		
151	Vale do Javarí	Diversos	8.338.000	3.000		84	92		
152	Vui-Uata-In	Tikuna	125.000	1040		84	92		
153	Wainirí-Atroarí	Wainirí-Atroarí	2.585.911	380		81		88	
154	Xiê	Diversos	249.012			76		90	
	(Incluída no A.I. Alto Rio Negro)								
155	Yauaretê I	Maku, Tukano	374.326	2500				90	
	(Incluída no A.I. Alto Rio Negro)								
156	Yauaretê II	Maku, Tukano	26.385	2500				90	
	(Incluída no A.I. Alto Rio Negro)								
157	Zuruahá	Zuruahá	239.070	130		84		88	
158	Kaxararí	Kaxararí	143.446	160		84		87	
	Total		31.062.126	60.735					

Terras demarcadas: 56

Terras a definir: 44

Áreas sem dados sobre a população: 37

Superfície: 31.062.126 ha.

População: 60.735

Estado do Amapá

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha	POP	IDE	IDE	A DEM	DEM
01	Galibi	Galibi	6.689	168		76		77
02	Juminá	Galibi, Karipuna	41.601	52		85		91
03	Uaçá	Karipuna	470.164	1.747		76		77
04	Waiãpi	Waiãpi	573.000	300		84	92	
	Total		1.091.454	2.267				

Terras demarcadas: 3
 Terras a definir: 0
 Áreas sem dados sobre população: 0
 Superfície: 1.091.454 ha.
 População: 2.267

Estado de Goiás

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha.	POP	A IDE	IDE	A DEM	DEM
01	Aruanã	Karajá	(a definir)			88		89
02	Avá-Canoeiro	Avá-Canoeiro	38.000	5	92		92	
03	Carretão I	Tapuya	1.666	115				84
04	Carretão II	Tapuya	78					83
Total			39.744	12.238				

Terras demarcadas: 3
 Terras a definir: 1
 Áreas sem dados sobre população: 2
 Superfície: 39.744 ha.
 População: 12.238

Estado do Maranhão

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha	POP	A IDE	IDE	A DEM	DEM
01	Alto Turiaçu	Urubu-Kaapor	530.525	881				77
02	Arariboia	Guajajara	413.288	3.292		82		77
03	Awá-Guajá	Guajá	118.000	140		85	92	
04	Bacurizinho	Guajajara	82.132	1.396		83		78
05	Cana Brava/Guajajara	Guajajara	137.329	3.143		76		77
06	Caru	Guajá, Guajajara	172.667	232		81		77
07	Geralda Toco Preto	Timbira	16.588	51		86		91
08	Governador	Guajajara, Gavião	41.644	370		82		77
09	Kanela	Kanela	125.212	822				78
10	Krikatí	Krikatí, Guajajara	142.326	400		89	92	
11	Lagoa Comprida	Guajajara	13.198	249		83		63
12	Morro Branco	Guajajara	49	162		82		82
13	Porquinhos	Kanela	79.520	309		83		79
14	Rio Pindaré	Guajajara	15.003	455		81		77
15	Rodeador	Krikatí, Gavião	2.319			81		82
16	Urucu/Juruá	Guajajara	12.697	336		81		82
	Total		1.902.497	12.238				

Terras demarcadas: 14
 Terras a definir: 0
 Áreas sem dados sobre população: 1
 Superfície: 1.902.497 ha.
 População: 12.238

Estado do Mato Grosso do Sul

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha	POP	A IDE	IDE	A DEM	DEM
01	Água Limpa	Terena	(a definir)	69	92		93	
02	Aldeia Campestre	Guarani Kayowá	9	155		84		91
03	Aldeinha	Terena	4	328				88
04	Amambai	Guarani Kayowá	2.429	2.416				SPI
05	Amambai(Aldeia Limão Verde)	Guarani Kayowá	668					SPI
06	Buriti	Terena	2.090	1.065				SPI
07	Buritizinho	Terena	10					91
08	Caarapó	Guarani Nhandeva	3.594	1.330				SPI
09	Cachosirinha	Terena	2.644	1.197				SPI
10	Camba	Camba	(a definir)		92		93	
11	Cerrito	Guarani Nhandeva	1.951	150		87		91
12	Cerro Marangatu	Guarani Kayowá	(a definir)		92		93	
13	Dourados	Terena e Guarani	3.475	6.000				SPI
14	Guaicuru	Guaicuru	(a definir)		92		93	
15	Guairibé	Guarani Kayowá	717	165				83
16	Guasuty	Guarani Kayowá	958	150		87		91
17	Guató	Guató	12.716	382		84	92	
18	Jaguapiré	Guarani Kayowá	2.349	220		85	92	92
19	Jaguarí	Guarani Kayowá	404	100		87		91
20	Jarara	Guarani Kayowá	590	200		87	92	
21	Kadiwéu	Kadiwéu, Terena	538.536	1.070				SPI
22	Lalima	Terena, Kinikinão	3.001	808				SPI
23	Lima Campos	Guarani Kayowá	(a definir)		92		93	
24	Limão Verde	Terena	1.973	1.356				SPI
25	Nioaque	Terena	3.029	853				SPI
26	Ofayé-Xavante	Ofayé-Xavante	1.937	87		91		91
27	Panamibi	Guarani Kayowá	2.037	495				SPI
28	Panambizinho	Guarani Kayowá	(a definir)	200	92		92	
29	Pila de Reboá	Terena	208	1.262				SPI
30	Piracuá	Guarani Kayowá	2.384	350		82		91
31	Pirajuf	Guarani Nhandeva	2.118	604				SPI
32	Porto Lindo	Guarani Nhandeva	1.650	1.237				SPI
33	Rancho Jacaré	Guarani Kayowá	778	400		83		84
34	Sassoró	Guarani Kayowá	1.923	2.692				SPI
35	Sete Cerros	Guarani Kayowá	9.003	400		87	92	
36	Sucurí	Guarani Kayowá	(a definir)	100	92		93	
37	Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani Kayowá	2.475	360		84	92	
38	Taquaperí	Guarani Kayowá	1.886	1.090				SPI
39	Taunay/Ipegue	Terena	6.461	3.776				SPI
	Total		611.968	27.875				

Terras demarcadas: 28
 Terras a definir: 7
 Áreas sem dados sobre população: 6
 Superfície: 611.968 ha.
 População: 12.238

Estado do Mato Grosso

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha	POP	A IDE	IDE	A DEM	DEM
01	Aldeia Chão Preto	Xavante	(a definir)					
02	Apiaká/Kayabí	Apiaká/Kayabí	109.245	204		85		87
03	Arara do Rio Branco	Arara	122.000	150		91	92	
04	Areões	Xavante	218.515	522		72		75
05	Areões II	Xavante	(a definir)		92		93	
06	Arikém (Cachoeira Seringal)	Arikém	(a definir)		92		93	
07	Aripuanã	Cinta Larga	7 50.649	960		85		85
08	Bakairí	Bakairí	61.405	350		84		SPI
09	Capoto/Jarina	Txourramãe;Mentuktire	634.915	127		84		85
10	Cinta Larga(Rio Preto)	Cinta Larga	(a definir)		92		93	
11	Enawenê-Nawê	Enawenê-Nawê	752.000	170		84	92	
12	Erikpatsa	Erikpatsa	79.935	550		76		83
13	Escondido	Erikpatsa	275.100	40		85	92	
14	Estação Rondon	Parecí	(a definir)	18	92		92	
15	Estivadinho	Parecí	1.970	19		92	92	
16	Figueiras	Parecí	10.000	14		82	92	
17	Irantxe	Irantxe	45.555	250		84		86
18	Japuíra	Erikpatsa	152.509	640		85		88
19	Jarudore	Bororo	4.706			85		SPI
20	Juininha	Parecí	70.500	30		86	92	
21	Lagoa dos Brincos	Negarotê	1.800			91	92	
22	Marawetsede	Xavante	168.000	700	92	92	93	
23	Marechal Rondon	Xavante	98.500	220		85		72
24	Menkü	Menkü	47.094	32		75		77
25	Merure	Bororo	82.301	524		75		76
26	Nambikwara	Nambikwara	1.011.961	209		82		85
27	Parabubure	Xavante	224.447	1.738		81		81
28	Parecí	Parecí	563.586	381		68		83
29	Parque do Aripuanã	Cinta Larga	1.603.246	360		72		75
30	Parque do Xingu	Diversos	2.642.003	2.778		78		78
31	Pesquisal	Nambikwara	9.850			87	92	
32	Perigara	Bororo	10.740	96				SPI
33	Pimentel Barbosa	Xavante	328.966	1.023		80		81
34	Pirineus-de Souza	Nambikwara	298.212	118		82		83
35	Piripicura	Kawahib	(a definir)		92		93	
36	Rio Formoso	Parecí	19.749	84		82		85
37	Rio dos Peixes	?	(a definir)		92		93	
38	Roosevelt	Cinta Larga	230.826	253		76		85
39	Sangradouro	Xavante,Bororo	100.280	542		86		87
40	Santana	Bakairí	35.471	143			SPI	85
41	São Domingos	Karajá	5.705	93		82		88
42	São Marcos	Xavante	188.478	666		71		73
43	Sararé	Manairisu	67.420	57		82		83
44	Serra Morena	Cinta Larga	147.836	97			84	85
45	Tadarimana	Bororo	9.785	90		85		SPI
46	Taihantesu	Wasusu	4.700			88	92	
47	Tapirapé/Karajá	Tapirapé/Karajá	66.166	332		80		82
48	Tereza Cristina	Bororo	25.694	182		85		86
49	Trecatinga	Halotesu	130.575	75		82		83
50	Umutina	Barbados	28.120	205			SPI	87
51	Urubu Branco	Tapirapé	(a definir)					
52	Utariú	Parecí	412.304	257		82		84
53	Vale do Guaporé	Nambikwara	242.593	344		81		83
54	Zoró	Zoró	355.789	300		84		85
	Total		11.181.201	12.479				

Terras demarcadas: 36

Terras a definir: 7

Áreas sem dados sobre população: 11

Superfície: 11.181.201 ha.

População: 12.479

Estado do Pará

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha	POP	A IDE	IDE	A DEM	DEM
01	Alto Rio Guamá	Diversos	2 78.000			SPI		76
02	Amanayé	Amanayé	(a definir)		92		93	
03	Anambé	Anambé	7.883	32		85		89
04	Apyterewa	Parakanã	980.000	142		88	92	
05	Arara (Urukagma)	Arara	274.010	78		85		90
06	Arara 2	Arara	46.232			82		
07	Araweté Igarapé Ipixuna	Araweté	985.000	184		79	92	
08	Bacajá	Xikrin	192.126	218				80
09	Barreira do Campo	?	(a definir)		92		93	
10	Bau	Mekranotire	1.850.000	65		90	92	
11	Cachoeira Sêca	Arara	760.000	33		90	92	
12	Cayabí	Kayabí	117.247	233				75
13	Cayabí (Gleba Sul)	Kayabí	52.500				92	
14	Cuminapanema Urucuriana	Autônomos	(a definir)		92		92	
15	Curuá	Curuaya	19.450			85	92	
16	Karajá/Santana do ArÁguaia	Karajá	1.486	39		85		87
17	Kararahô	Kararahô	224.000	42		76	92	
18	Kayapó	Kayapó	3.248.005	1.743		82		85
19	Koatinemo	Assuriní	288.600	60		83	92	
20	Mãe Maria	Gavião	62.488	207				81
21	Maramanduba	Karajá	26			87	92	
22	Menkragnoti	Menkragnoti	4.913.000	470		86	92	
23	Munduruku	Munduruku	948.541	2.384				77
24	Paquiçamba	Juruna	4.355	24		84		87
25	Parakanã	Parakanã	351.697	253		84		87
26	Pecas (Ilha das Pecas)	Guaraní	(a definir)		92			
27	Praia do Índio	Munduruku	28	4		88		88
28	Praia do Mangue	Munduruku	30			88		88
29	Rio Paru de Este	Apalaí, Wayana	1.182.800	68	92		92	
30	Saí-Cinza	Munduruku	125.552	423		82		88
31	Sororó	Aikewar	26.257	119		85		77
32	Tembé	Tembé	1.075	41		85		88
33	Trincheira/Bacajá	Xikrin, Kararahô	1.655.000	218		90	92	
34	Trocará	Assuriní	21.723	160		82		87
35	Tumucumaque	Apalaí, Wayana	2.000.000	344		82	93	
36	Turé/Mariquita	Tembé	147	20		88		88
37	Waiãpi Rio Ipitinga	Waiãpi	(a definir)		92		93	
38	Xikrin do Rio Cateté	Xikrin	439.151	355				77
	Total		21.592.309	7.830				

Terras demarcadas: 19

Terras a definir: 6

Áreas sem dados sobre população: 8

Superfície: 21.592.309 ha.

População: 7.830

Estado de Rondônia

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha	POP	A IDE	IDE	A DEM	DEM
01	Arikém(Cachoeira do Estivado)	?	(a definir)		92		93	
02	Aruá I (Rio Colorado)	Arudé	(a definir)		92		93	
03	Aruá II (Cach. Paulo Saldanha)	Arudé	(a definir)		92		93	
04	Aruá III (Rio Terebító)	Arudé	(a definir)		92		93	
05	Igarapé Lage	Pakaá-Nova	107.321	233		76		77
06	Igarapé Lourdes	Gavião	185.534	500		76		76
07	Igarapé Ribeirão	Pakaá-Nova	47.863	102		76		76
08	Jabutí(Quitao)	Jaboti	(a definir)		92		93	
09	Karipuna	Karipuna	(a definir)	30	92		92	
10	Karipuna do Rio Formoso	Karipuna	(a definir)		92		93	
11	Kariliana	Karipuna	89.682	130		79		80
12	Makurap	Macurap	(a definir)		92		93	
13	Massaco	Autônomos	315.000			90	93	
14	Mata Corá	?	(a definir)		92		93	
15	Miquelinhos (Rio São Miguel)	Autônomos	(a definir)		92		93	
16	Pacaas Novas	Pakaá-Nova	279.906	438		75		76
17	Parintintin	Parintintin	(a definir)		92		93	
18	Paumelenhos	?	(a definir)		92		93	
19	Posto Fiscal	Makurap	(a definir)		92		93	
20	Rio Branco	Makurap,Tupari	236.137	320		82		84
21	Rio Candéias	?	(a definir)		92		93	
22	Rio Guaporé	Jaboti e Makurap	115.796	227		86	92	
23	Rio Mequéns	Makurap	105.250	70		85	92	
24	Rio Mequí	?	(a definir)		92		93	
25	Rio Negro Ocaia	Pakaá-Nova	104.064	290		75		76
26	Sagarana	Pakaá-Nova	17.800	148		85	92	
27	Serra do Taquaral	?	(a definir)		92		93	
28	Sete de Setembro	Suruí	248.147	394		76		77
29	Tubarão Latundê	Aikanã,Latundê	116.613	160		82		84
30	Túpikawahib	Autônomos	(a definir)		92		93	
31	Uru-Êu-Wau-Wau	Uru-Êu-Wau-Wau,	1.867.118	1.200		84		85
32	Urubu	Urubu	(a definir)		92		93	
	Total		3.836.231	4.242				

Terras demarcadas: 10
 Terras a definir: 18
 Áreas sem dados sobre população: 18
 Superfície: 3.836.231 ha.
 População: 4.242

Estado de Roraima

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha	POP.	A IDE	IDE	A DEM	DEM
01	Ananás	Makuxí	1.769	54		80		81
02	Aningal	Makuxí	7.627	153				81
03	Anta	Makuxí, Wapixana	3.174	144		81		85
04	Aracá	Makuxí, Wapixana	50.018	253		80		81
05	Barata Livramento	Makuxí, Wapixana	13.250	520		81	92	
06	Bom Jesus	Makuxí	859	200		83		85
07	Boqueirão	Makuxí, Wapixana	13.950	400		81	92	
08	Cajueiro	Makuxí	4.304	90		80		81
09	Canauanim	Makuxí, Wapixana	11.650	287		82	92	
10	Ingarikó	Ingarikó	90.000			89		
	(Incluída A.J. Rapôsa Serra Sol)							
11	Jaboti	Makuxí, Wapixana	8.000	78		82	92	
12	Jacamim	Wapixana	107.000	212		82	92	
13	Malacacheta	Wapixana	16.150	250		81		90
14	Mangueira	Makuxí	4.064	240		81		81
15	Manoá/Pium	Makuxí, Wapixana	43.337	599		81		81
16	Muriruh	Wapixana	(a definir)	20	92		93	
17	Ouro	Makuxí	13.573	105		81		81
18	Pium	Wapixana	4.608	182		81		85
19	Ponta da Serra	Makuxí	15.597	312		80		81
20	Raimundão	Makuxí	4.300	150		82	92	
21	Rapôsa Serra do Sol	Diversos	1.347.810	9.688	92		92	
22	Recanto da Saudade	Makuxí, Wapixana	13.750	175		82	92	
23	Santa Inêz	Makuxí	29.698	152		80		81
24	São Marcos	Makuxí, Wapixana	653.949	1.934				SPI
25	Serra da Moça	Wapixana	11.626	440		81		85
26	Sucuba	Makuxí	5.983	177		81		81
27	Tabalascada	Wapixana	8.250	220		81	92	
28	Truaru	Makuxí, Wapixana	5.653	182		81		85
29	Wai-Wai	Wai-Wai	330.000	350		81	92	
30	Xanunuetamu	Makuxí	48.750			87	92	
31	Yanomami	Yanomami	9.664.975	9.910		85		92
	Total		12.507.424	27.347				

Terras demarcadas: 18

Terras a definir: 2

Áreas sem dados sobre população: 2

Superfície: 12.507.424 ha.

População: 27.347

Estado do Tocantins

SEQ	TERRA	POVO(S)	ha	POP	A IDE	IDE	A DEM	DEM
01	Apinajé	Apinajé	141.904	718		84		85
02	Boto Velho	Karajá	145.080	95		85	93	
03	Funil	Xerente	15.704	190		83		89
04	Kraolândia	Krahó	302.533	1.198		75		76
05	Parque do Araguaia	Diversos	1.395.000	1.801		80	93	
06	Xambioá	Karajá, Guarani	3.265	176		79		SPI
07	Xerente	Xerente	167.542	1.095		72		74
	Total		2.171.028	5.273				

Terras demarcadas: 5

Terras a definir: 0

Áreas sem dados sobre população: 0

Superfície: 2.171.028 ha.

População: 5.273

SITUAÇÃO GERAL DAS TERRAS INDÍGENAS

Número de terras indígenas: 411

Número de povos: 141

Terras demarcadas: 203

Terras a definir: 90

Terras definidas, em processo de regularização: 118

Áreas sem dados sobre população: 91

Total da população: 84.642

Total de hectares: 86.071.406

4 - TERRAS INDÍGENAS E AÇÕES ANTRÓPICAS

As terras indígenas listadas são aquelas reconhecidas pela FUNAI, incorporadas no processo de regularização fundiária, que muitas vezes têm tido suas regras alteradas em função de interesses políticos do momento. Pode parecer, sob certos ângulos de análise, que se tenta encaminhar uma trajetória de resoluções objetivas e protetoras das terras e riquezas indígenas. Ao contrário, a cada vez que os índios conseguem operacionalizar regras, que não raro são longamente discutidas, elas são modificadas. A internalidade desse contexto que é iminentemente político ideológico, é invariavelmente mascarada por questões de ordem técnico-científicas, com repercussões sobre os aspectos legais e processuais. Assim o conceito de terra indígena, utilizado oficialmente para designar a área destinada à posse e usufruto de sociedades indígenas, é temporal e (1) dependente das reivindicações indígenas, do que consideram como território efetivamente necessário à produção e reprodução da vida, e (2) dependente das pressões dos interesses desenvolvimentistas. São muitos os casos de áreas indígenas que foram continuamente redefinidas, por exemplo Waimirí-Atroarí, Coatá Laranjal, Andirá Marau, Camicuã, Raposa Serra do Sol, Yanomami, Tenharim do Marmelos, todas as áreas Tikuna e Mura, etc.

A avaliação das ações antrópicas relativas aos índios, remete, pois, aos impactos negativos que incidem sobre as sociedades indígenas e suas aspirações, e não apenas sobre o ambiente contido pelas terras indígenas oficialmente reconhecidas..

Um exemplo clássico para o entendimento desta questão é o dos Waimirí-Atroarí, localizados na divisa dos estados do Amazonas e Roraima (AM-153). Convivem com a história da colonização desde o século XVIII, e de acordo com informações de viajantes, o complexo socio-cultural Karib ao qual pertencem, serviu de intermediador com outros povos indígenas da região. Essas relações se modificam a partir de 1856, quando sucessivos massacres comandados por Manoel Pereira de Vasconcelos, atingem indistintamente a todos os índios do vale do Rio Negro. A partir daí estão registradas inúmeras guerras, que os fizeram retirar às vertentes e altos afluentes, evoluindo demograficamente da seguinte for-

ma:

ANO	POPULAÇÃO	FONTE
1885	2.000	Barbosa Rodrigues
1905	6.000	Hubner e Koch-Grunberg
1927	+de 1.000	Grubb
1930	700	SPI
1959	957	SPI
1968	3.000	Prelazia de Roraima
1971	3.000	Ministério do Interior
1972	3.000	FUNAI
1973	600 a 1.000	FUNAI
1977	500 a 600	FUNAI
1982	571	FUNAI
1983	332	Stephen Baynes
1988	416	Rômulo Moura

Com a população bastante reduzida pelas constantes guerras e também, em função disso, pela dispersão geográfica, os Waimirí-Atroarí cresceram demograficamente na medida em que tiveram a estabilização de seus territórios.

As incursões em busca de piaçaba, tartaruga, castanha-do-pará, látex e óleos vegetais no baixo Rio Negro, no início deste século, reativaram antigos conflitos, fazendo com que fosse promulgada a Lei Estadual 941, de 16 de outubro de 1917, que reservou aos Waimirí-Atroarí 50 Km ao longo do afluente Jauaperí, contudo sem estipular as distâncias a partir das margens. Como não cessassem os conflitos, tal lei foi revogada já em 1921, e o SPI-Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais ficou encarregado de pacificá-los e atraí-los para as ilhas de Xipacá e Jacaré, as quais foram demarcadas em 1927. Não deu certo, pois o Rio Negro as encobre sazonalmente. Uma nova retirada dos Waimirí-Atroarí para as matas de terra firme, fez com que a estratégia do trabalho indigenista se modificasse, quando postos de pacificação foram implantados na tentativa de concentrá-los em determinados locais através do oferecimento de bens industrializados, pois já se tentava construir uma estrada que ligasse o alto Rio Branco, de difícil navegação durante a seca, a Manaus.

Na década de 60 foi retomada a construção da estrada Manaus-Boa Vista, que cortou ao meio o território indígena, com mortes de ambas as partes. Numa visão integracionista foram reservados aos Waimirí-Atroarí 1.611.000 ha, através do Decreto 68.907, de 13 de junho de 1971. Postos da FUNAI foram colocados ao longo da estrada, ao lado deles foram feitas imensas roças e casas ao estilo urbano-amazonense, de forma que os índios se sentissem recompensados e esvaziassem seus territórios, alvo do interesse economicista. O Exército instalou-se nas duas interseções da estrada com os limites da reserva, onde permanece

até hoje.

Em 1974 foi editado o Decreto 74.463, em 26 de agosto, acrescentando à reserva terras do Território Federal de Roraima, que se encontrava ameaçado de se tornar Território Federal Indígena, por força da lei 6.001, ou o Estatuto do Índio. Era o reconhecimento de Roraima com índios, não o contrário. O Decreto 75.310, de 27 de janeiro de 1975, retifica o anterior, inaugurando uma nova terminologia não prevista em lei, ao interditar temporariamente terras indígenas.

A Portaria 511/N, de 5 de julho de 1978, assinada pelo presidente da FUNAI, declara outros 292.400 ha como de ocupação dos índios, termo também desconhecido do direito indígena. Os dois últimos decretos assim como a portaria, compõem uma nova idéia sobre o controle de terras indígenas ao determinarem que fica facultado à FUNAI "...impedir ou restringir o ingresso, trânsito ou permanência, na área ora interdita ou declarada, de pessoas ou grupos, cujas atividades sejam consideradas nocivas ou inconvenientes ao processo de atração e assistências aos índios." Há aqui uma exclusão do regulamento para ingresso em áreas indígenas (assinado pelo mesmo presidente da FUNAI) abrindo uma nova perspectiva de acesso de empresas mineradoras, energéticas e outras, a essas terras.

Em 15 de junho de 1978, por efeito da Exposição de Motivos 218/78, o Presidente da República autoriza o início da construção da hidrelétrica de Balbina, resultando no Decreto 85.898, de 13 de abril de 1981, que "declara de utilidade pública para fins de desapropriação, áreas de terra com benfeitorias, necessárias à formação do reservatório da Hidrelétrica de Balbina", parte da qual incidente sobre a terra indígena oficial.

Em 23 de novembro de 1981, o Decreto 86.630 interdita temporariamente 1.850.000 ha, excluindo áreas concedidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral a mineradoras de cassiterita, burlando leis, regulamentos e caminhos processuais pertinentes.

Por fim o Decreto 94.606, de 14 de junho de 1987, declara 2.440.000 ha como de ocupação indígena, excluindo as áreas de mineração, a superfície de inundação da hidrelétrica de Balbina e a faixa de domínio da estrada Manaus-Boa Vista. (Texto adaptado de trabalho desenvolvido pelo IPARJ para a

ELETROBRÁS, que contou com a participação de E. Heringer).

O forte interesse econômico pela região, fez com que surgisse por parte dos agentes empreendedores, atitudes próprias em relação aos Waimirí-Atroarí. O Exército, que construíra a estrada, postou-se definitivamente na região, controlando e fiscalizando o trânsito de viajantes. A mineração de cassiterita explorada pela companhia Taboca, subsidiária do grupo Paranapanema, implantou um canteiro de obras cujos acampamentos mais distantes foram algumas vezes foram visitados e incomodados pelos índios, apesar pela vigilância composta por cães treinados e homens fortemente armados. Da construção da hidrelétrica de Balbina participaram regularmente cerca de 8.000 trabalhadores, convivendo com todos os serviços urbanos próprios de cidades brasileiras de médio porte. Tanto a Paranapanema como a ELETRONORTE assinaram convênios com a FUNAI, de forma a ressarcir e apoiar os Waimirí-Atroarí.

O escoamento da cassiterita por via terrestre, se dá por uma estrada vicinal que encontra a Manaus-Boa Vista dentro da terra indígena, que contem um trecho de 37 Km dessa estrada de uso exclusivo. Esse uso da terra indígena é mensalmente indenizado, e sua aplicação financeira é gerenciada pela FUNAI, geralmente na aquisição de bens industrializados e combustíveis.

Em relação a Balbina foi constituído um programa assistencial, com a duração de 25 anos que é o tempo declarado de vida útil da hidrelétrica, onde cada projeto específico seja de educação, saúde ou desenvolvimento comunitário, tem a co-participação da ELETRONORTE. Não se trata nesse caso, de simples repasses financeiros, mas também do controle ideológico-indigenista da medidas implementadas.

Dessas medidas depreende-se alguns aspectos, que são de importância fundamental para o entendimento desta nova etapa de relacionamento dos Waimirí-Atroarí com a sociedade nacional, através do convênio ELETRONORTE/FUNAI.

- Por ocasião do fechamento das comportas da hidrelétrica de Balbina, foram transferidas apressadamente duas aldeias que seriam atingidas pelas águas do reservatório, resultando em 11 ocorrências de mastite e orquite, pois essas comunidades estavam acometidas por caxumba (relatório de Rômulo Moura médico do Instituto de Medicina Tropical de Manaus, de 1988).

- O número de funcionários do Programa Waimirí-Atroarí (alguns egressos da Paranapanema e de Balbina) chegou a atingir a relação de 1 para 5 índios.

- Os dados populacionais comparam levantamentos parciais com a totalidade, de forma a manipular a expressão de crescimento demográfico vegetativo, na afirmação de um modelo indigenista fundamentado no "bom senso" da implantação de hidrelétricas em territórios indígenas.

A introdução da pecuária de gado bovino, além de não ter sido bem sucedida entre outros povos indígenas com características socio-ambientais assemelhadas aos Waimirí-Atroarí, tem interferido negativamente na economia, servindo como um agente controlador da organização do trabalho, fazendo com que abandonem outras atividades que lhes são próprias, e passem a se identificar com a "cultura do boi". Uma forma sutil de desestimular a apropriação e controle do território indígenas, ao substituir, mesmo que parcialmente a caça e coleta.

- O projeto de educação foi implantado através de uma cartilha bilíngue Português/Waimirí-Atroarí, que utiliza indiscriminadamente vários tipos gráficos de letras, e introduz representações inexistentes na fonologia Waimirí-Atroarí. O aprendizado, com isso, é dificultado tendendo a criar expectativas em relação à escrita, aumentando a dependência de estar presente a escola e facilitando a audiência ao discurso proselitista sobre as vantagens do convívio com Balbina.

- A ideologia de tal programa assistencial é repassada essencialmente através de duas lideranças indígenas artificializadas que agem como difusores que se lhes colocam, e em troca, recebem tratamento privilegiado (relatório do antropólogo Stephen Baynes da Universidade de Brasília, de 1992).

- O mesmo Stephen Baynes, o lingüista Márcio Silva da UNICAMP, os indigenistas Doroty Muller e Egydio Schwade do CIMI, não conseguem autorização oficial para continuarem projetos de pesquisa entre os Waimirí-Atroarí, mesmo com o seu assentimento.

- Waimirí-Atroarí é uma designação exterior, que é empregada pelo discurso indigenista local para bipartir esse complexo socio-cultural em Waimirí e em Atroarí. Os primeiros seriam aqueles que aceitam a convivência com o modelo

indigenista imposto, os outros seriam os que a ele resistem. Na verdade, são vários sub-grupos Karib, autodenominados genericamente de Kiniã, que mantem entre si relações de parentesco e pertencem a um mesmo processo histórico.

Com base nestas constatações pode-se perceber que o insucesso da construção da hidrelétrica de Balbina, muito conhecido de todos os que se interessam por assuntos ambientais, estende-se também aos índios através de um modelo de assistência e proteção equivocado, onde a melhoria da qualidade de vida dos Kiniã é vista de maneira compulsória, levando-os à contundente dependência do modo de ser da sociedade dominante.

Este exemplo dos Waimirí-Atroarí, mostra que:

1 - O conceito oficial de terra indígena tem sido dinâmico, e não coincide, por vezes, com o território efetivamente ocupado/requisitado pelos índios. Uma terra indígena pode ter deixado de sofrer determinada ação antrópica por ter sido alterada em seus limites, o que não quer dizer, obrigatoriamente, que tal impacto tenha deixado de existir sobre os índios.

2 - As terras/territórios indígenas têm servido de depositário potencial para ações antrópicas de grande envergadura; visto que, por determinações legais, são propriedade da União.

3 - O conceito de impacto ambiental, no caso dos índios, inclui aspectos de ordem histórico-cultural e socio-ambiental, não considerados pelas emanções legais do Estado Tutor.

Isto leva a:

- 1 - Transmutação territorial
- 2 - Desagregação social
- 3 - Desagregação cultural
- 4 - Deteriorização da saúde
- 5 - Dispersão demográfica
- 6 - Depopulação

Quando se considera a questão dos impactos sobre os índios, mesmo que se possa medir a visibilidade dos danos sobre o ambiente que os rodeia/contém, é preciso levar em conta que não é possível quantificar as alterações de ordem socio-cultural. O repertório ecológico que um povo indígena adquire atra-

vés da prática cultural inclui a terra, a água, a fauna, a flora, como meios de produção que normatizam a vida, humanizam a natureza. Essa concepção pode ser entendida a partir da noção de "impacto global", que são as influências negativas que atingem um povo indígena, desde a sua população e as condições materiais de sobrevivência, até às suas visões da vida e do mundo. Assim é superficial ou incompleto aceitar a classificação usual dos impactos, direto e indireto, porque tanto um como outro provoca impacto global e muitas vezes o que é considerado impacto indireto, causa danos mais profundos e permanentes do que um chamado impacto direto, como será visto nos casos específicos das ações antrópicas consideradas.

5- INDICADORES DE AÇÕES ANTRÓPICAS

Com base nos pontos de vista apresentados, foram escolhidos os indicadores mais relevantes das ações antrópicas que têm interferido negativamente nas terras indígenas localizadas nos biomas Amazônia, Pantanal e Cerrado.

O indicador *Arrendamentos* refere-se a terras indígenas parcialmente exploradas através de contratos cartoriais ou não, pela atividade agropecuária; *Estradas e Ferrovias* refere-se a intervenções autorizadas ou não pelos índios no interior de suas terras, e também a localizações tangenciais; *Explorações Madeireira e Mineral* indicam atividades econômicas desses tipos, com a participação ou não dos índios; e, finalmente, *Hidrelétricas* considera os empreendimentos que tenham implementado pelo menos a fase inicial de inventário, segundo critérios de localização dentro das terras indígenas, tangencial a elas, ou locados na mesma bacia hidrográfica com nitidez de interferências danosas aos índios, como apresentado na listagem a seguir.

Ações Antrópicas Relevantes

ARRENDAMENTOS

SEQ	TERRA	REF	POVO(S)
01	Kadiwéu	MS-21	Kadiwéu, Terena
02	Parque do Araguaia	TO-5	Diversos

ESTRADAS E FERROVIAS

SEQ	TERRA	REF	POVO(S)
01	Amambai	MS-4	Guarani Kayowá
02	Amambai(Limão Verde)	MS-5	Guarani Kayowá
03	Apiaká/Kayabi	MT-2	Apiaká/Kayabi
04	Apinajé	TO-1	Apinayé
05	Apurinã Ig. São João	AM-7	Apurinã
06	Apurinã Km 124	AM-9	Apurinã
07	Areões	MT-4	Xavante
08	Arariboia	MA-2	Guajajara
09	Aripuanã	MT-7	Cinta Larga
10	Bakairí	MT-8	Bakairí
11	Bafalo	AM-12	Diversos
12	Barata Livramento	RR-5	Makuxí, Wapixana
13	Barreira das Missões	AM-14	Diversos
14	Boca do Acre	AM-16	Apurinã
15	Bom Jesus	RR-6	Makuxí
16	Boqueirão	RR-7	Makuxí, Wapixana
17	Buriti	MS-6	Terena
18	Caarapó	MS-8	Guarani Nhandeva, Kayowá
19	Campinas/Katukina	AC-5	Katukina
20	Cana Brava/Guajajara	MA-5	Guajajara
21	Capoto/Jarina	MT-9	Txucarramaê (Mentuktire)
22	Carretão I	GO-3	Tapuya
23	Caru	MA-6	Guajá, Guajajara
24	Cerrito	MS-11	Guarani Nhandeva
25	Cubaté	AM-26	Diversos
27	Erikpatsa	MT-12	Erikpatsa
28	Estação Rondon	MT-14	Parecí
29	Estivadinho	MT-15	Parecí
30	Funil	TO-3	Xerente
31	Governador	MA-8	Guajajara, Gavião
32	Guaimbé	MS-15	Guarani Kayowá
33	Guásuti	MS-16	Guarani Kayowá
34	Guató	MS-17	Guató
35	Igarapé Lage	RO-5	Pakaa-Nova
36	Jaboti	RR-11	Makuxí, Wapixana
37	Jaguapiré	MS-18	Guarani Kayowá
38	Jarará	MS-20	Guarani Kayowá
39	Jarudore	MT-19	Bororo
40	Juininha	MT-20	Parecí
41	Juma	AM-57	Juma
42	Kadiwéu	MS-21	Kadiwéu
43	Kayapó	PA-18	Kayapó
44	Krikatí	MA-10	Krikatí
45	Lalima	MS-22	Terena, Kinikinawo
46	Limão Verde	MS-24	Terena
47	Mãe Maria	PA-20	Gavião Parakatejê
48	Manoia/Pium	RR-15	Makuxí, Wapixana
49	Menkü	MT-24	Menkü
50	Merure	MT-25	Bororo
51	Nambikwara	MT-26	Nambikwara
52	Pantaleão	AM-93	Mura
53	Parabubure	MT-27	Xavante
54	Parecí	MT-28	Parecí
55	Parque do Xingu	MT-30	Diversos
56	Pila de Rêbua	MS-29	Terena
57	Pimentel Barbosa	MT-33	Xavante
58	Pindaré	MA-14	Guajajara
59	Piracua	MS-30	Guarani Kayowá
60	Pirajui	MS-31	Guarani Kayowá
61	Pirineus de Souza	MT-34	Nambikwara
62	Poyanawa	AC-23	Poyanawa
63	Pôrto Lindo	MS-32	Guarani Kayowá
64	Rapôsa Serra do Sol	RR-21	Diversos
65	Rodeador	MA-15	Krikatí, Gavião
66	Roosevelt	MT-38	Cinta Larga
67	Sai-Cinza	PA-30	Munduruku

68	Sangradouro	MT-39	Xavante
69	Santana	MT-40	Bakairí
70	São Domingos	MT-41	Karajá
71	São Marcos	MT-42	Xavante
72	Sassoró	MS-34	Guarani Kayowá
73	Sucuba	RR-26	Makuxí
74	Tabalascada	RR-27	Wapixana
75	Tadarimana	MT-45	Bororo
76	Takwaraty/Yvykuarusu	MS-37	Guarani Kayowá
77	Tapirapé/Karajás	MT-47	Tapirapé, Karajá
78	Taguaperí	MS-38	Guarani Kayowá
79	Tenharim Ig. Prêto	AM-128	Tenharim
80	Tenharim Marmelos	AM-129	Tenharim
81	Tereza Cristina	MT-48	Bororo
82	Trocará	PA-34	Assurini
83	Tubarão Latundê	RO-29	Aikanã, Latundê
84	Uaçá	AP-3	Karipuna
85	Umutina	MT-50	Barbados
86	Uru-Êu-Wau-Wau	RO-31	Uru-Êu-Wau-Wau,
87	Valé do Guaporé	MT-53	Nambikwara
88	Waiãpi	AP-4	Waiãpi
89	Waimirí-Atroari	AM-153	Waimirí-Atroari
90	Wai-Wai	RR-29	Wai-Wai
91	Xerente	TO-7	Xerente
92	Zoró	MT-54	Zoró
93	Yanomami	RR-31	Yanomami

EXPLORAÇÃO MADEIREIRA

SEQ	TERRA	REF	POVO(S)
01	Alto Rio Guamá	PA-1	Tembê, Urubu-Kaapor
02	Alto Turiaçu	MA-1	Urubu-Kaapor
03	Apiaká/Kayabi	MT-2	Apiaká/Kayabi
04	Apiterewa	PA-4	Parakanã
05	Arara (Urukagma)	PA-5	Arara
06	Arariboia	MA-2	Guajajara
07	Araweté	PA-7	Araweté
08	Bacajá	PA-8	Xikrin
09	Cana Brava/Guajajara	MA-5	Guajajara
10	Coatá Laranjal	AM-25	Munduruku, Sateré-Mawé
11	Igarapé Lage	RO-5	Pakaa-Nova
12	Igarapé Lourdes	RO-6	Gavião
13	Ipixuna	AM-48	Parintintin
14	Jaminawa Ig. Prêto	AC-9	Jaminawa
15	Kayapó	PA-18	Kayapó
16	Kampa do Amônia	AC-10	Kampa
17	Koatinemo	PA-19	Assurini
18	Kulina do Envira	AC-20	Kulina
19	Lago Beturi	AM-68	Tikuna
20	Menkragnotí	PA-22	Menkragnotí
21	Novo de Janeiro	AM-88	Parintintin
22	Parque do Aripuanã	MT-29	Cinta Larga
23	Rio Branco	RO-20	Makurap, Tupari
24	Rio Mequéns	RO-23	Makurap
25	Sararé	MT-43	Manairisu
26	Sete de Setembro	RO-28	Suruí
27	Tubarão Latundê	RO-29	Aikanã, Latundê
28	Vale do Guaporé	MT-53	Nambikwara
29	Vale do Javari	AM-151	Diversos
30	Xambioá	TO-6	Karajá, Guarani
31	Xerente	TO-7	Xerente
32	Xikrin do Rio Cateté	PA-38	Xikrin
33	Zoró	MT-54	Zoró
34	Zuruahá	AM-157	Zuruahá

EXPLORAÇÃO MINERAL

SEQ	TERRA	REF	POVO(S)	ATIVIDADE
01	Aripuanã	MT-7	Cinta Larga	Garimpo de Ouro
02	Bacajá	PA-8	Xikrin	Mineradora de Ouro
03	Curuá	PA-15	Curuaya	Mineradora de Ouro
04	Kayapó	PA-18	Kayapó	Garimpo de Ouro
05	Kaxarari	AM-158	Kaxarari	Pedreira
06	Munduruku	PA-23	Munduruku	Garimpo de Ouro
07	Paru de Este	PA-29	Apalaí, Wayana	Garimpo de Ouro
08	Rapôsa Serra do Sol	RR-21	Wapixana, Makuxí	Garimpo de Ouro
09	Sai-Cinza	PA-30	Munduruku	Garimpo de Ouro
10	Tenharim Ig. Prêto	AM-128	Tenharim	Mineradora de Cassiterita

11	Tumucumaque	PA-35	Apalaí, Walana	Garimpo de Ouro
12	Waiãpi	AP-4	Waiãpi	Mineradora de Ouro
13	Waimiri-Atroari	AM-153	Waimiri-Atroari	Mineradora de Cassiterita
14	Yanomami	RR-31	Yanomami	Garimpo de Ouro

HIDRELÉTRICAS

SEQ	TERRA	REF	POVO(S)	HIDRELÉTRICA
01	Apiaká-Kayabi	MT-2	Apiaká-Kayabi	Saltô Caiabis
02	Areões	MT-4	Xavante	Barra do Peixe, Couto Magalhães, Foz do Noidore
03	Avá-Canoeiro	GO-2	Avá-Canoeiro	Serra da Mesa
04	Cayabi	PA-12	Kayabi	Apiacás, Sete Quedas, Celita
05	Igarapé Lourdes	RO-6	Gavião	Ji-Paraná
06	Karitiana	RO-11	Karitiana	Samuel
07	Krikati	MA-10	Krikati	Tucuruí, S. Antônio do Tocantins
08	Merure	MT-25	Bororo	Barra do Peixe, Couto Magalhães, Foz do Noidore
09	Nambikwara	MT-26	Nambikwara	12 de Outubro
10	Nhamundá-Mapuera	AM-86	Wai-Wai	Cachoeira da Porteira
11	Ofayé-Xavante	MS-26	Ofayé-Xavante	Porto Primavera
12	Parakanã	PA-25	Parakanã	Tucuruí
13	Pimentel Barbosa	MT-33	Xavante	Barra do Peixe, Couto Magalhães, Foz do Noidore
14	Pirineus de Souza	MT-34	Nambikwara	12 de outubro
15	Sangradouro	MT-39	Xavante	Barra do Peixe, Couto Magalhães, Foz do Noidore
16	São Marcos	MT-42	Xavante	Barra do Peixe, Couto Magalhães, Foz do Noidore
17	Sassoró	MS-34	Guarani Kayowá	Ilha Grande
18	Sete de Setembro	RO-28	Suruí	Ji-Paraná
19	Serra Morena	MT-44	Cintá Larga	Juina
20	Takuarati/Yvykuarusu	MS-37	Guarani Kayowá	Ilha Grande
21	Taquaperi	MS-38	Guarani Kayowá	Ilha Grande
22	Trocará	PA-34	Assurini	Tucuruí
23	Uru-Êu-Wau-Wau Uru-Pain	RO-31	Uru-Êu-Wau-Wau,	Ji-Paraná
24	Waiãpi	AP-4	Waiãpi	Coaracy Nunes
25	Waimiri-Atroari	AM-153	Waimiri-Atroari	Balbina
26	Yanomami	RR-31	Yanomami	Paredão

A título de resumo das terras indígenas com ações antrópicas relevantes, são apresentados os dados a seguir:

Número total das terras indígenas: 411

Número de terras indígenas impactadas: 131

Estado	Terras Indígenas	Terras Indígenas Impactadas (%)	
	(ha)	(ha)	
Acre	1.871.374	250.098	13,4
Amazonas	31.052.126	14.165.398	45,6
Amapá	1.091.454	1.043.164	95,6
Goiás	39.744	39.666	99,8
Maranhão	1.902.497	1.455.101	76,5
MT do Sul	611.968	589.628	96,3
Mato Grosso	11.181.201	9.967.819	89,1
Pará	21.592.309	16.178.390	74,9
Rondônia	3.836.231	2.850.552	74,3
Roraima	12.507.424	11.436.414	91,4
Tocantins	2.171.028	1.723.415	79,4
Total	86.071.406	59.699.645	69,4

A tabela apresentada mostra que em todos os estados estudados existem áreas indígenas impactadas, se bem que em níveis percentuais diferentes, o que vale por extensão aos biomas. À exceção de Acre e Amazonas, os demais estados apresentam níveis acima de 70% de áreas indígenas com ações antrópicas relevantes, demonstrando que a hierarquização conjuntural dos impactos, tem como referência primeira o indicador Estradas e Ferrovias, do qual presume-se que outros indicadores sejam dependentes.

A correlação entre ações antrópicas relevantes e grandeza das frentes colonizadoras deveria indicar menores influências nos estados do Amapá, Roraima e Acre, no entanto, tal hipótese não se confirma, à exceção desse último estado. Isso leva à dedução geral de que onde os índios estão mais organizados politicamente, como no Acre, os impactos são mais controláveis em sua abrangência, por meio de negociações.

A média atual de terras indígenas impactadas, 69,4%, é nominal e não permite que se conheçam as extensões internas dos danos causados, mas apenas aponta as terras indígenas diante das ações antrópicas consideradas.

6 - Análise do planejamento e gestão ambiental, segundo os indicadores apresentados.

Arrendamentos

Apesar de serem várias as terras indígenas parcialmente arrendadas pela FUNAI ou pelos próprios índios, na abrangência deste estudo encontram-se apenas duas. Os arrendamentos não originaram novos tipos de ações antrópicas, mas alargaram as atividades de agricultura e pecuária sobre as terras indígenas consideradas, com ampla dominância da criação de gado bovino em pastos naturais.

A Área Indígena Kadiwéu, com 538.536 ha, está localizada no município de Porto Murtinho, no estado do Mato Grosso do Sul, e é habitada por 1.070 índios predominantemente Kadiwéu, além de uma presença minoritária Terena.

Os Kadiwéu são remanescentes dos povos Guaicuru, mais conhecidos como Índios Cavaleiros, cuja primeira referência bibliográfica data de 1542 (Ulrich Schmidel). Ocupavam o Gran Chaco e o Pantanal Matogrossense, desde Assunção no Paraguai até Vila Bela em Mato Grosso, do rio Pilcumayo na Bolívia ao rio Paraná em São Paulo. Após adotarem o cavalo como arma de guerra, aliaram-se aos Payaguá, especialistas em navegação pantaneira cujos remos serviam de lanças, e passaram a dominar outros povos regionais dos quais roubavam ou adotavam crianças, resultando no atual fenótipo multivariado.

Esses dois povos aliados, ou pelo menos parte deles, receberam alguma influência jesuítica na Espanha das Américas. Após a expulsão dos Jesuítas, em 1759, passaram para o lado português, desimpedindo a desejada exploração de ouro nas minas de Mato Grosso. Esta adesão ao colonizador português teve um significado tão extraordinário, que resultou em um tratado de paz com a Coroa Lusitana, redigido pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1791. Este é o único caso que a história reconhece de aliança formal do colonizador com um povo indígena.

Já na segunda metade do século passado, tiveram destacada participação na Guerra do Paraguai, por serem os melhores conhecedores da região reivindicada por Solano Lopez, que argumentava que a devassa original fora realizada pelos Jesuítas espanhóis através da catequese dos povos indígenas locais. É clara a participação dos Kadiwéu no estabelecimento das atuais fronteiras do Mato Grosso do Sul.

O então Coronel Rondon, que instalava linhas telegráficas na região, demarcou e mapeou a área que os Kadiwéu ocupam até hoje, o que foi reconhecido pelo estado de Mato Grosso pelo Ato Governamental de 07 de agosto de 1903 e ratificado pelo Decreto 54, de 09 de abril de 1931.

Desde o século XVI estas terras são reconhecidas pelos reis de Portugal aos índios, como "primitivos e naturais senhores delas". Ainda assim a FUNAI, a partir de sua criação em 1967, arrendou significativas parcelas do território Kadiwéu a criadores de gado da região. Atualmente os arrendatários reivindicam judicialmente a propriedade de mais de 100.000 ha das terras dos Kadiwéu, o que representa 20% das mesmas, através do processo ACO-368-7-MS, que se encontra em fase de instrução no Supremo Tribunal Federal. São 170.000 cabeças de gado bovino e uma população não-índia de 1.500 pessoas, ou 1 índio para 170 bois, ou ainda, 1 índio para 1,4 arrendatário.

O Parque Indígena do Araguaia está localizado na Ilha do Bananal, nos municípios de Formoso do Araguaia, Pium, Cristalândia, no estado do Tocantins, e contém uma população de 1.801 índios Karajá, Javaé, Tapirapé, e Avá-Canoeiro. Os primeiros grupos pertencem ao tronco lingüístico Macro-Jê, e os dois últimos ao tronco Tupi.

Em 31 de dezembro de 1959, o Decreto 47.570 criou o Parque Nacional do Araguaia compreendendo toda a Ilha do Bananal, com superfície aproximada de 2.000.000 ha. Em 1971 os decretos presidenciais de números 68.873 e 69.263, respectivamente, diminuí a área do Parque Nacional do Araguaia para 460.000 ha e cria o Parque Indígena do Araguaia. Os dois parques tiveram seus limites alterados pelo Decreto 84.844 de 24 de junho de 1980, resultando nas conformações atuais de 562.312 ha para o Parque Nacional e 1.395.000 ha para o Parque Indígena.

A observação dos conteúdos dos textos legais citados, mostra a intenção estatal, desde a década de 50, de destinar a Ilha do Bananal a utilizações especiais de preservação daquele ambiente natural, por suas peculiaridades e significado para a região do médio rio Araguaia. Por esse enfoque, o conceito de Parque Indígena que objetiva abrigar mais de um povo indígena em uma mesma área, procurou reconhecer as características culturais dos Javaé e Karajá (populacionalmente majoritários) enquanto povos fundamentalmente pescadores e, por isso, conhecedores da ecologia de sua principal base alimentar. Essa experiência tradicional, juntamente com a exclusão legal da Ilha do Bananal do mercado de terras faz com que ainda hoje determinadas espécies ictiológicas como o pirarucu, o aruanã, a traíra, etc, tenham os seus locais de reprodução garantidos. A gênese mítica do povo Karajá está espacialmente localizada abaixo da superfície do rio Araguaia, onde, sabe-se, também estão os peixes.

Contudo, a partir da afirmação das fronteiras agropecuárias no Centro-Oeste, na década de 70, o planejamento governamental introduziu através da FUNAI, o aproveitamento econômico do Parque Indígena do Araguaia com o cultivo mecanizado de arroz, cebola e tomate, redundando em completo prejuízo financeiro, pois a mão de obra indígena não se dispôs ao trabalho. A seguir foi implantada a pecuária bovina.

Como os índios também não se adaptassem ao manejo do gado, foram contratados retireiros de fazenda vizinhas para a consolidação desse projeto denominado "Sorrocan", que é a nomação para o Araguaia na língua Karajá (sic). Esses retireiros de contratados passaram a meeiros, de meeiros a posseiros, de posseiros a intermediadores de fazendeiros, que se tornaram arrendatários formais ou informais do território Indígena. O "Cadastro do Usuário de Aguadas e Pastagens" da FUNAI, em sua última edição de 26 de novembro de 1990, aponta os seguintes dados sobre os arrendamentos Parque Indígena do Araguaia:

Usuários	1.140
Bovinos	91.539
Equinos	2.168
Muare	1.799
Caprinos	107
Área ocupada	71.696 ha

Os dados apontam para a relação de 1 índio para 50 bois, ou ainda, 1 índio para 3 arrendatários, considerando a média brasileira de 5 pessoas/família.

A breve apresentação dos casos da Área Indígena Kadiwéu e do Parque Indígena do Araguaia, mostra que povos indígenas bastante diferenciados culturalmente entre si e pertencentes a processos históricos distintos, tem em comum pastagens naturais em suas terras, o que levou à situação atual dos arrendamentos. As terras Kadiwéu são de domínio privado dos próprios Kadiwéu, pois foram doadas pelo Estado na figura da Coroa Lusitana, e se quisessem arrendá-las, por direito poderiam; as terras do Parque Indígena do Araguaia são de domínio público, a aos índios cabe apenas a sua posse e o usufruto das riquezas naturais, não cabendo em nenhuma hipótese legal a possibilidade do arrendamento. No entanto nos dois casos o agente intermediador dos arrendamentos é o próprio órgão estatal responsável pela proteção e assistência aos índios. Esse é impacto de ordem institucional que autoriza ilegalmente o uso de bens privados e públicos, sem o mínimo compromisso tutelar com os índios.

Resta saber, de modo específico, quais são os impactos culturais, sociais, econômicos, causados pelos arrendamentos.

Com a crescente intrusão do Parque Indígena do Araguaia por invasores pecuaristas, as pastagens não conseguem suprir a demanda de uso, já havendo, não raro, conflitos pela disputa das áreas não inundáveis. A FUNAI que chegou a ter através do projeto "Sorrocán" um plantel bovino de aproximadamente 10.000 cabeças, hoje situado em torno de 2.350 cabeças, recentemente determinou a distribuição proporcional desse gado às aldeias, de acordo com suas dimensões populacionais, transferindo ao arbítrio das lideranças locais, a propriedade coletiva ou a distribuição por famílias ou indivíduos. Neste caso são 2.350 bois para 1.801 índios. Algumas famílias optaram por criar seu lote de bois, outras logo venderam o que lhes coube. Houve mesmo um líder que preferiu trocar as cerca de 300 cabeças de sua aldeia por bens imóveis nas vizinhanças, entrando no negócio até mesmo um prostíbulo nas cercanias da cidade de Rio Formoso. Com isso a infraestrutura de tal projeto composta de currais, abrigos e 60 Km de cercas, no valor aproximado de 300.000 dólares, está sem serventia. Mas, vê-se, logo terá...

Entre os Kadiwéu é comum os índios terem como patrões os próprios arrendatários. Ao contrário do que se possa esperar, essas relações limitam-se à organização do trabalho, sem atingir o nível da compadragem ou parentesco. As mulheres Kadiwéu são preservadas do convívio íntimo de qualquer arrendatário, mesmo dos mais poderosos. Essa segmentação social de índios e não-índios possibilitou, por volta de 1985, um levante pela retomada das terras arren-

dadas, sobre as quais foram exigidas indenizações relativas a degradações antrópicas. Foram feitos reféns funcionários da FUNAI, mas assim mesmo, as negociações terminaram por revalidar os antigos arrendamentos, desta feita numa forma jurídica que permitiu a solicitação judicial que atualmente tramita no Supremo Tribunal Federal.

Estradas e Ferrovias

As semelhanças dos impactos causados nas áreas indígenas por estradas ou ferrovias, faz com que esses dois tipos de empreendimentos sejam classificados em um só indicador. Destaca-se apenas, entre um e outro, os prazos necessários para a implantação, os graus de perenidade, os raios geográficos de influência, e a participação no universo trabalhado que é muito maior para as estradas.

As informações obtidas indicam somente duas áreas indígenas sob impacto visível de ferrovia, a Estrada de Ferro Carajás, que cruza a terra dos Gavião Parakatejê denominada Mãe Maria e tangencia a Área Indígena Caru, dos Guajá e Guajajara. Tal ferrovia faz parte do Programa Grande Carajás, implantado na década de 80, que contemplou os povos indígenas submetidos à sua influência, com um projeto específico de duração aproximada de 5 anos. Evidentemente que o empreendimento de tamanha envergadura, modificou uma grande região, que contém vários povos indígenas.

O projeto específico para os índios contou com recursos do Banco Mundial da ordem de 13.000.000 de dólares, abrangendo todos os aspectos inerentes à seqüência de impactos e ressarcimentos previsíveis. Sua execução esteve a cargo de um convênio entre a Companhia Vale do Rio Doce e a FUNAI, com a participação de técnicos especializados nas áreas de antropologia, saúde, educação, agricultura, etc. O modelo empregado direcionou-se no sentido de colocar à disposição dos índios todos os instrumentos disponíveis na sociedade brasileira que minorassem os impactos. Os Gavião Parakatejê que já vinham com problemas de invasão territorial por frentes extrativistas, estrada e linha da hidrelétrica de Tucuruí tiveram, ainda mais, o seu território cortado pela Estrada de Ferro Carajás, numa extensão aproximada de 14 Km. A solução residiu na indenização no valor de 4.000.000 de dólares depositados em caderneta de poupança, pelo direito de uso perene daquela faixa de terra.

Os Gavião Parakatejê são falantes de um dialeto da língua Timbira, da família Jê e tronco Macro-Jê (Aryon Dall' Igna Rodrigues). A classificação lingüística não é imperativa para o entendimento dos aspectos sócio-culturais, mas indica suas propriedades essenciais, que são certamente influenciadas pela dinâmica histórica. Os Gavião, povo caçador, logo perceberam o quanto a sua principal base alimentar se combaliu, e que seria penoso equilibra-la apenas com a coleta e venda da castanha do pará, ao lado de uma agricultura voltada principalmente para a subsistência. Os territórios de caça se modificaram a tal ponto, em decorrência da barulhada de carros e locomotivas, que os 68.488 ha de sua terra, tornaram-se insuficientes para suprir de proteína animal sua população na época de 130 pessoas.

A aplicação financeira das indenizações recebidas por conta das ações antrópicas, planejadas e executadas por organismos governamentais, possibilitou aos Gavião um aumento da população hoje em torno de 207 pessoas, entretanto direcionou-os à adoção de serviços urbanos, como a construção de uma aldeia em alvenaria, projetada por arquiteto, onde se destaca a casa do líder com dois pavimentos; à aquisição de um barco superdimensionado para a navegação de igarapés; à aquisição de um número excessivo de veículos automotores e de residências nas cidades circunvizinhas, tornando a vida um tanto parecida com a dos "brancos" bem sucedidos, por um momento que durará enquanto houver rendimentos financeiros. Com a região atualmente muito mais ocupada, pode-se projetar uma tendência à redefinição dos limites da área indígena, com as frentes de expansão pressionando pela sua diminuição e os índios, naturalmente, reivindicando mais indenizações e/ou aumento territorial.

Especificamente em relação ao indicador Estradas, a construção da Transamazônica, na década de 70, revela várias situações conhecidas de impactos sobre índios, que devem ser correlacionadas de forma a mostrar diferentes comportamentos sociais como reação aos mesmos vetores impactuais. Normalmente quando se discorre sobre essa estrada, as observações centram-se no Pará onde se deram os contrastes mais evidentes de relacionamento das sociedades indígenas com os estradeiros. São muitos os registros históricos que dão conta da depopulação de povos indígenas encontrados na área de influência da Transamazônica, após os primeiros contatos, como os Kararaô que certamente eram constituídos por mais de 100 pessoas e que chegaram a ser apenas 16, por terem passado por alguns surtos de doenças infecto-contagiosas ocidentais como a gripe e o sarampo. Essa população reduzida teve quebrada toda a sua organi-

zação parental, de modo que a continuidade enquanto grupo social, atualmente formado por cerca de 42 pessoas, dependeu de adoções de pessoas pertencentes a outros grupos étnicos regionais. Apesar de permanecerem Kararaô, receberam influências de seus novos aliados e agora parentes, tomando uma nova feição cultural, mas superando o estado de anomia em que se encontraram. A preferência original pela caça e agricultura de subsistência, foi substituída pelo cultivo "racional" de cacau para a produção de mercado, exploração madeireira, trabalho eventual em algum garimpo de ouro, e arrendamento esporádico e temporário de suas terras, hoje com 224.000 ha, para coletores da espécie florística conhecida como Jaborandi, de aplicação nas indústrias cosmética e farmacêutica, o que também tem ocorrido em outras áreas indígenas do Pará e do Maranhão. Aliás a coleta de folhas de Jaborandi, de modo geral, precede outras extrações como a do ouro e da madeira, por se tratar de um trabalho leve mas que exige grandes andanças, possibilitando um "pente fino" na observação e descoberta de outros produtos naturais.

Ainda observando a experiência da implantação da Transamazônica paraense, é de se ressaltar a história do primeiro contato dos Parakanã, quando sofreram um surto de banorragia que deixou 16 índios cegos e matou um número incerto mas expressivo em torno de 30 pessoas, quando tão somente tinham convivido com as equipes da FUNAI. A informação em forma de denúncia foi levada a público por um dos participantes daquela Frente de Atração, Antonio Cotrim, que se demitiu e cunhou a máxima muito conhecida: "Não quero ser coveiro de índio". Outro procedimento teve o sertanista responsável pela atração dos Arara, cujo território foi cortado pela Transamazônica, ao levar para a cidade de Altamira, como a mostrar seus méritos de pacificador de povos bravios, um grupo de 17 índios, os quais vieram em seguida a falecer de gripe.

Ao se comparar à abertura da Transamazônica em seus trechos do Pará e do Amazonas, onde não houve frentes formais de atração, constata-se que os danos foram muito menores no trecho amazonense. Os Pirahã, povo que fala a língua alófila Mura, encontram-se com a mesma disposição de "desinteresse por tudo que não seja Pirahã", de quando foram encontrados pelo antropólogo Curt Nimuendaju, em 1921. De lá para cá a população Pirahã aumentou de 125 pessoas para 179, num claro crescimento vegetativo, pois não se tem notícia de indivíduos não-Pirahã convivendo entre eles, apesar do seu território ter sido cruzado ao meio pela Transamazônica. A resistência dos Pirahã enquanto povo pode, cuidadosamente, também ser creditada ao fato de serem enfaticamente pescadores. A noção de território está ligada ao rio, praias e terrenos adjacentes, onde

constroem abrigos simples que são deixados a cada deslocamento dos pequenos grupos, determinados por emanções e eventos que partem sempre do rio. Os colonos instalados à beira da estrada no território Pirahã, foram aos poucos abandonando seus lotes, pois sistematicamente suas plantações eram assaltadas ou estragadas, sem ter havido embates bélicos de relevância, nem convivências regulares.

Os Tenharim do rio Marmelos do Amazonas, falantes da língua Kawahib, da família Tupi-Guarani e tronco Tupi, como indica a classificação lingüística, são agricultores. Convivem com outros grupos Kawahib da região como os Parintintin, Diahoi, Tenharim do Rio Sepoti e Tenharim do Igarapé Preto, com os quais promovem trocas de bens artesanais e alimentares, quando não, trocas matrimoniais. O fato de serem agricultores e manterem relacionamento regular com os outros grupos citados, dá a noção da sua constituição territorial, cujo reconhecimento oficial atinge 488.550 ha. A passagem da Transamazônica entremeou muitas dessas aldeias, fazendo com que se rearranjassem espacialmente, ficando a área mais próxima da estrada destinada a acampamentos de observação dos viajantes. Como não houvesse outros tipos de ações antrópicas influenciando ao mesmo tempo os Tenharim, a disponibilidade de espaços territoriais possibilitou a autosuficiência no estabelecimento de distâncias seguras em relação à estrada, numa resolução autônoma. Os dados populacionais disponíveis a partir de 1978, mostram um patamar de estabilidade, evoluindo de 232 pessoas para 250 atualmente.

Evidentemente que o avanço das frentes colonizadoras sobre os povos indígenas citados na ilustração do indicador Estradas, dão hoje uma outra conformação impactual muito mais complexa nos aspectos culturais, políticos, socio-econômicos, com repercussões intrincadas e pouco conhecidas sobre o meio ambiente. Contudo a abertura da Transamazônica, comparados os trechos paraense e amazonense, amostra resultados distintos sobre a história do contato dos povos indígenas envolvidos. Os exemplos utilizados representam casos extremados de povos indígenas com diferentes repertórios culturais, submetidos a um mesmo tipo de impacto, cujas extensões estão ligadas ao contato espontâneo e ao planejamento indigenista das frentes de atração.

Existem vários exemplos drásticos de impactos das estradas sobre sociedades indígenas, como o dos Cinta Larga, Nambikuara, Kren-akarore, etc, que ainda hoje não recuperaram suas populações originais, passados 15-20

anos do contato com esse tipo de frente de penetração colonizadora. Nesse sentido, sem poder hierarquizar, de modo geral, os outros indicadores que compõem esse estudo, a abertura de estradas parece ser o empreendimento antrópico de maior relevância, porque além de sua própria consistência impactual, traz consigo ações antrópicas decorrentes, que ampliam os danos globais causados aos índios. Um outro aspecto inerente a esses últimos, está nas formas de influência que as estradas passam a ter sobre os povos indígenas, após consolidadas. Os Bororo e os Xavante do Mato Grosso, certamente sofreram impactos decorrentes da rede de estradas implantada nesse estado, no entanto atualmente valem-se das estradas para escoamento de suas produções, respectiva e principalmente o artesanato e produtos agrícolas.

Exploração Madeireira

O bioma amazônico tem sido o ambiente preferencial para a exploração madeireira, ao longo de vários eixos geográficos, que se modificam temporalmente de acordo com a procura determinada pelos mercados interno e internacional. O interesse de mercado é renovado, na medida em que o acesso às espécies oferecidas torna-se mais custoso, havendo substituições por espécies de uso semelhante. Se bem aceitas, inaugura-se novas ondas de procura, como o acontecido com o jacarandá, cedro, cerejeira, e atualmente com o mogno. Isso quer dizer que uma área anteriormente explorada, não está isenta de novas investidas exploratórias.

A listagem apresentada com 34 terras indígenas impactadas por exploração madeireira, aponta para explorações atuais, se bem que em graus diversos. Assim juntamente com a Área Indígena Kayapó, que é um caso muito conhecido e público, comparece a Área Indígena Coatá Laranjal no Amazonas, com 805.000 ha, onde espécies madeireiras de alto valor não existem mais nas margens dos rios, mas sua população oficial de 1.760 pessoas tem recorrido regularmente a extração madeireira, nos últimos 20 anos, pela proximidade a grandes serrarias e pela facilidade de escoamento via fluvial. Não se pode afirmar, contudo, que esta reserva dos Munduruku se encontre ambientalmente danificada, pois a atividade madeireira é praticada pelos próprios índios, que empregam técnicas rudimentares de corte e transporte, e é factível a possibilidade de repovoamento das espécies mais retiradas.

Um paradigma bastante ilustrativo refere-se ao complexo cul-

tural Mondé, do tronco Tupi, formado pelos povos Gavião, Suruí, Cinta Larga e Zoró, localizados na fronteira leste de Rondônia com Mato Grosso. De uma população aproximada de 5.000 pessoas em meados da década de 60, hoje somam cerca de 1.700 pessoas, após sofrerem todos os tipos de ações criminosas por parte das frentes pioneiras, como o massacre de aldeias inteiras (lembre-se do Massacre do Paralelo 11) e o oferecimento de açúcar com arsênico lançado de aviões. Como fossem raras as alternativas para sobrevivência, já na década de 70, aceitaram a implantação de postos permanentes da FUNAI em suas terras, que somadas perfazem 3.374.191 ha. O modelo indigenista empregado pautou-se pela integração econômica e social à sociedade envolvente, buscando transformar os inimigos representados pelo poder econômico regional, em aliados. Foram implementados projetos de saúde, alfabetização e desenvolvimento comunitário. Estabelecido um clima de confiança mútua, aos poucos os Mondé foram se inteirando à nova maneira de realizar a vida e alguns chegaram a se tornar funcionários da FUNAI. Associados informalmente a outros funcionários do Orgão tutelar e a garimpeiros, iniciaram exploração de ouro, quando chegaram a possuir algumas balsas e chupadeiras.

O último desses povos a ser pacificado oficialmente foram os Zoró(Cabeça Seca), quando em 1977 tinham uma população aproximada de 800 pessoas, que caiu para 200 em 1985 após várias epidemias, estando atualmente em torno de 300 pessoas. A Area Indígena Zoró, com 355.789 ha, foi cortada por uma estrada destinada ao acesso a companhias colonizadoras, autorizada pela FUNAI em fins da década de 70, resultando na invasão de mais de 2.000 colonos, segundo dados de 1986. Até mesmo chegou a ser fundada a vila "Paraíso da Serra", no seio da terra indígena.

Já em 1987, a presidência da FUNAI resolveu abrir as áreas indígenas para a exploração madeireira, assinando em nome dos povos indígenas cerca de 20 contratos com empresas tradicionais do setor e outras nascentes para a extração de madeiras de lei, principalmente mogno. Os contratos além de ilegais não envolviam pagamentos monetários, mas o ressarcimento através de serviços de infra-estrutura como a construção de estradas, pontes, barracões, etc, como se os madeireiros não tivessem de viabilizar o escoamento de seus produtos. Além disso estavam previstos o reparo de construções e a aquisição de veículos automotores para os índios num claro aliciamento da opinião indígena. Mesmo após tais contratos serem anulados oficialmente a atividade madeireira continua nas áreas indígenas, desta feita promovida pelos próprios índios. O planejamento estratégico atual reside em falir a assistência não colocando recursos orçamentários

da União à disposição da FUNAI para que os índios insiram os seus bens naturais no mercado marginal, sobre o qual também não se realiza a Lei.

No momento em que este relatório está sendo escrito (novembro/92), os Zoró mantém 13 funcionários "brancos" como fiscais e cubadores da extração de mogno em suas terras que é vendido por 4 dólares o metro cúbico, o qual chega a atingir 850 dólares em ponto de exportação. Para tanto são proprietários de 5 veículos novos, cuja função ao que parece é a de se fazerem respeitar pelos seus vizinhos lingüísticos e geográficos, Suruí e Cinta Larga, que eventualmente invadem suas terras para espoliar mogno.

Exploração Mineral

Nesse indicador estão incluídos os garimpos de ouro atualmente em funcionamento nas terras indígenas, como as mineradoras em atividade e aquelas que se encontram paralizadas por um motivo ou outro, mas que degradaram o meio ambiente com repercussões impactuais sobre os índios.

A grande mobilidade dos grupos garimpeiros, em virtude da instabilidade do processo de produção por empregar técnicas de fácil execução mas de baixo grau de eficiência, dificulta o mapeamento. A observação dos impactos causados por garimpo, depende de instrumental técnico-científico especializado e multidisciplinar, como apresentado por Antonio Carneiro Barbosa, no excelente estudo de ecotoxicologia comparativa de grupos humanos, entre os quais os Kayapó.

A Area Indígena Kayapó está localizada no sul do Pará, tem 3.284.005 ha para 1.743 pessoas pertencentes à família Jê e tronco Macro-Jê. Os grupos Jê do Brasil Central desenvolveram formas adaptativas de vida no Cerrado e na Amazônia. Isso lhes confere um notável conhecimento sobre esses biomas, havendo mesmo entre os Kayapó grupos como os Mentuktire (Txucarramãe) que mantêm suas aldeias concomitantemente na mata e nos cerrados.

Em meados da década de 80, por ocasião das negociações para a resolução definitiva para a demarcação da Area Indígena Kayapó, já havia a presença de cerca de 3.000 garimpeiros no intermédio das aldeias Gorotire e Kriketum. A pressão garimpeira e governamental para a continuidade e ampliação dos garimpos foi de tal ordem, que foi assinado um protocolo entre os Ministros do

Interior e da Reforma Agrária, o Presidente da FUNAI e uma liderança indígena, que condicionou a demarcação da terra indígena à presença garimpeira, acordando-se que ao término dos trabalhos demarcatórios os garimpeiros sairiam. A demarcação foi concluída, os garimpeiros que chegaram a atingir o número de 20.000, continuam até hoje na reserva. As rendas obtidas com garimpo, 5% da produção, são concentradas nas mãos de algumas lideranças responsáveis pela fiscalização, as quais não distribuem eqüitativamente os benefícios, havendo famílias que possuem até mesmo aviões, enquanto outras continuam dependentes do assistencialismo convencional. As "castas" privilegiadas tentam transmitir à opinião pública em geral, uma imagem de auto-determinação política e suficiência na gestão de seus bens naturais. Esse momento da economia do ouro, ao lado da economia madeireira que reforça o quadro em apresentação, dá aos Kayapó uma falsa representação de seu significado sócio-político entre os demais povos indígenas, mas reforça sua voz junto aos poderes governamentais, principalmente no reconhecimento de seus territórios. Hoje os Kayapó cuja população total é de aproximadamente 3.238 pessoas, detém 13.192.197 ha de terras oficialmente reconhecidas.

Os Yanomami localizados na divisa do Brasil com a Venezuela, compõem uma família lingüística de mesma denominação, não classificada em tronco, formada por quatro grupos falantes de línguas distintas. Suas terras, recentemente demarcadas, têm 9.664.975 ha para aproximadamente 9.910 pessoas, somente do lado brasileiro. Foram vários os grupos de trabalho compostos por especialistas, que sempre opinaram pelo reconhecimento de uma só unidade territorial que abrangesse todos os Yanomami, a exemplo da solução venezuelana para a questão. O entendimento para tal conclusão, centra-se na conformação social dos grupos Yanomami, que mantém imemorialmente entre si relações de trocas, que são interdependentes e os definem unitariamente perante o mundo exterior. Em contrapartida tentou-se uma outra proposta fundamentada no melhor aproveitamento econômico dos recursos minerais existentes no território indígena, principalmente o ouro, com a delimitação de 19 "ilhas" territoriais, cujos corredores poderiam ser melhor explorados e fiscalizados, por se tratar de áreas de fronteira, e, portanto, regida por princípios concernentes à segurança nacional.

Entremeando a discussão dessas propostas, várias invasões do território Yanomami aconteceram. A mais organizada deu-se em 1985, quando um sem-número de aviões e barcos, em poucos dias colocaram cerca de 10.000 garimpeiros em condições de trabalho na área, número que chegou a 40.000, segundo estimativas dos próprios garimpeiros. As condições sanitárias na região

tornaram-se incontroláveis, com uma depopulação indígena estimada em 1.500 óbitos, não se tendo dados sobre as baixas entre os garimpeiros.

Ao mesmo tempo em que os garimpos recrudesciam entre os Yanomami, a Área Indígena Alto Rio Negro, com 8.150.000 ha, localizada na fronteira com a Colômbia, conhecia as entradas de grandes grupos mineradores como o Paranapanema e Gold Amazon. Os povos indígenas da região, entre eles os Baniwa, Baré, Kuripaco, Maku, Desano, Tukano, Kobewa, Arapaso, etc, reivindicavam o reconhecimento de um território unificado onde pudessem de aliar em torno da sobrevivência, considerada a nova realidade colonizadora. Diante da situação de instabilidade política naquela fronteira e dos princípios de integração do território brasileiro com desenvolvimento, a Área Indígena definida, transformou-se primeiramente em Colônias Indígenas (conforme possibilita o Estatuto do Índio) e como não houvesse negociação favorável à extração de ouro, transformou-se em Florestas Nacionais, deixando de ser de posse indígena. Foi uma forma governamental de burlar a Constituição, pois a pesquisa e lavra de minérios em terras indígenas assim como o aproveitamento hídrico, são permitidos, desde que autorizados pelo Congresso Nacional.

Hidrelétricas

O reconhecimento dos impactos causados por hidrelétricas está ligado ao próprio processo de planejamento e construção que, em suas várias etapas, demanda entre 8 a 15 anos, dependendo da complexidade e grandeza do empreendimento. Desde a fase inicial de inventário hídrico, são necessárias equipes numerosas com permanência contínua de campo. Mesmo que não haja decisão pela construção em virtude de requisitos técnicos, pode-se notar, em vários exemplos, influências danosas sobre os povos indígenas. O simples anúncio dos estudos das hidrelétricas de Barra do Peixe, Couto Magalhães e Foz do Noidore, na bacia do Araguaia, fez com que os Xavante ali localizados promovessem grandes reuniões, donde resultaram documentos dirigidos às autoridades pertinentes, contendo a análise da inserção daquelas hidrelétricas na região, como também indenizações reparatórias quantificadas e escalonadas, de acordo com os possíveis danos a serem causados.

Muito repercutido foi o encontro indígena realizado em Altamira no Pará, em fevereiro de 1989, para a discussão da construção da hidrelétrica de Kararaô, com a participação de 700 índios e a cobertura de mais de 100 equipes

jornalísticas de todo o mundo.. As posições indígenas variaram desde a negação da construção até a requisição de altas somas indenizatórias, inclusive sobre o direito de autoria do nome da hidrelétrica, que passou a se denominar Belo Monte. Essa reação articulada adiou a implantação do empreendimento, mas a preocupação dos povos indígenas a serem atingidos permanece, e isso faz com que se mobilizem regularmente na procura de informações, alterando seu modo de vida e estado psicológico.

As variáveis dos impactos globais causados por hidrelétricas sobre povos indígenas, podem ser melhor compreendidas, se observados os seguintes critérios:

a) Grau de repercussão psicológica sobre os índios, desde o anúncio da construção da hidrelétrica;

b) Observação dos impactos das várias etapas de planejamento e construção;

c) Localização da hidrelétrica na bacia hidrográfica em relação aos territórios indígenas:

c.1- territórios direta e permanentemente inundados;

c.2- territórios intermitente e sazonalmente inundados;

c.3- territórios contíguos ou tangentes ao lago;

c.4- territórios localizados nas margens de cursos d' água afetados pelo lago;

c.5- territórios localizados na bacia que forma o lago.

d) Proximidade de agentes modificadores, decorrentes da presença da hidrelétrica:

d.1- agente modificador dentro do território indígena;

d.2- agente modificador fora do território indígena.

e) Observação de desagregações grupais ou solidariedade inter-grupais, de povos indígenas que não estejam sob a influência física de hidrelétricas;

f) Detecção de povos autônomos que possam correr riscos de extinção, em função da implantação de hidrelétricas;

g) Grau de conhecimento da sociedade nacional, por parte dos povos indígenas atingidos por hidrelétricas:

g.1- povos indígenas preparados para a interlocução direta;

g.2- povos indígenas que necessitam de mediação.

Para a compreensão específica e aprofundada deste indicador, ver estudos desenvolvidos pela ELETROBRAS, que discorrem sobre o relacionamento do setor elétrico com os povos indígenas.

7 - DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES PARA OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

Dada a análise até aqui feita sobre os indicadores de ações antrópicas relevantes, espera-se que a introdução, aperfeiçoamento e/ou efetivação dos instrumentos de planejamento e gestão ambiental venha a diminuir os impactos negativos sobre os povos indígenas e sobre os recursos ambientais das terras indígenas.

Em primeiro lugar, embora quase óbvio; cumpre detectar o princípio básico da introdução de qualquer instrumento de planejamento e gestão ambiental nas terras indígenas: os povos indígenas devem ser chamados a serem co-partícipes da política ambiental. Nem o Zoneamento Ecológico-Econômico, nem o Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, nem a realização da Avaliação de Im-

pacto Ambiental, podem ser realizados ou produzirem efeitos positivos para os índios sem que estes tenham estado à "mesa de discussão e decisão".

As equipes de gestão ambiental devem ter conhecimento sobre os povos indígenas, assim como os povos indígenas devem ter acesso aos significados e objetivos dos instrumentos em estudo, analisando-se a sua adequabilidade em cada caso específico.

7.1 - Zoneamento Ecológico-Econômico

A proposta metodológica para o Zoneamento Ecológico-Econômico, utiliza como base de estudos a escala de 1:250.000 e, para a avaliação de pressões antrópicas e padrões de uso da terra, um maior detalhamento na escala de 1:100.000. Estas escalas não são adequadas para se pensar a análise do uso do espaço em terras indígenas, porquanto suas dimensões e usos são próprios segundo padrões culturais e tradicionais, por vezes com características múltiplas, não configurando "zonas específicas e especializadas".

Assim, a escala de estudos das áreas indígenas deverá seguir o princípio constante no "Programa Piloto Para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil", onde se prevê " estudos de áreas críticas", na " escala de trabalho compatível com a natureza dos problemas enfocados".

O zoneamento de terras indígenas deve ser entendido apenas como um indicador das alternativas mais adequadas voltadas para a combinação dos usos tradicionais com a produção mercantil. Como princípio de ordenação territorial deverá se ter como diretriz das intervenções, a autorização dos próprios índios. O organismo tutelar, a FUNAI, tendo em vista os novos conceitos de desenvolvimento sustentáveis e os conceitos antropológicos de respeito às tradições indígenas, deveria repensar as opções e induções que apresenta às sociedades indígenas para atividades econômicas ditadas pelo mercado, evitando, por exemplo, criar situações incompatíveis com a cultura indígena. Os Karajá gostam de plantar e pescar, e não de criar bois.

Há situações concretas e delicadas que podem ser dadas como exemplos das dificuldades de conciliar os direitos dos povos indígenas de utilizarem os recursos naturais de acordo com seus usos tradicionais e com a legislações protetoras do ambiente. Cortar "madeira de lei" para aproveitamento em

suas próprias terras é um direito indígena. O que deve ser controlado, portanto, não é o corte de árvores, mas a compra da madeira, quer seja pelas empresas de exploração florestal, quer seja por caminhoneiros autônomos, que simplesmente as revendem para serrarias.

Em resumo, são três as diretrizes apontadas em relação à metodologia de zoneamento ambiental:

a) O zoneamento só pode ser efetivado em terras indígenas com a decisão das organizações indígenas e de cada povo em seus casos específicos.

b) Nas situações em que os próprios índios introduzem atividades econômicas não tradicionais e de caráter mercantil, o zoneamento tem papel relevante, devendo direcionar as alternativas econômicas favoráveis ao equilíbrio ecológico e compatíveis com a cultura indígena.

c) A escala para análise deve ser adequada às dimensões e propriedades de cada terra indígena.

Falta ainda apontar uma quarta e importante diretriz que se refere à necessidade do zoneamento considerar as áreas no entorno das terras indígenas.

d) O zoneamento, em geral, deve considerar os efeitos das atividades econômicas que têm influência sobre as terras indígenas, em especial quando são de pequeno tamanho.

7.2 - Gerenciamento de Bacias Hidrográficas

Do ponto de vista dos povos indígenas, o gerenciamento de bacias hidrográficas só faz sentido se não for confundido com gerenciamento de recursos hídricos, que normalmente somente se preocupa com a gestão da oferta de água. Muito diferente é a gestão de bacias hidrográficas "como unidade de planejamento e intervenção" buscando "a harmonização dos usos com a oferta" englobando toda a matriz da gestão dos usos dos recursos ambientais: agricultura, pecuária, energia, etc, em relação à gestão das ofertas dos recursos ambientais: solo, água, vegetação, fauna, minérios, ar, clima e outros" (vide Eduardo Lanna -

Documento Referencial Básico, setembro/91).

De acordo o direcionamento apresentado, propem-se as seguintes recomendações:

a) A primeira diretriz diz respeito à gestão colegiada das bacias hidrográficas com a participação dos índios. Assim cuidados técnicos e conhecimentos tradicionais poderão, certamente, confluir para a idealização de um novo modelo direcionado para a sustentação dos ambientes naturais e dos anseios dos povos neles inclusos.

b) Uma segunda diretriz é a introdução de um roteiro para análise de alternativas pertinentes à gestão de bacias hidrográficas, o qual também pode ser aplicado às avaliações de impactos ambientais, na forma que adiante se verá.

7.3 - Avaliação dos Impactos Ambientais

Como apresentado por La Rovere (Documentos de Referência - Metodologia de Avaliação de Impacto Ambiental, setembro/92) e pelos Relatórios dos Estados apresentados ao IBAMA (dezembro/92), os grandes problemas na resolução de AIA, são "ausência de dados, o não fornecimento de alternativas tecnológicas para os projetos, a não implementação de medidas mitigadoras, a não compatibilização dos prazos do AIA com as etapas do planejamento e do processo decisório e a falta de participação pública ao longo de todo o processo", além de outros problemas. Os EIA e RIMA muitas vezes são posteriores aos empreendimentos. Assim propõe-se o seguinte roteiro para a observação dos aspectos referentes aos índios, com base nos resultados do Encontro Para Elaboração de Roteiro e Metodologia de Levantamento Ambiental em Áreas Indígenas (SEMAM, junho/92):

- 1 - Dados Gerais
 - Bacia a que pertence
 - Rio principal
 - Topografia
 - Vegetação

- Áreas de influências
- Economia do entorno
- Acessos
- Aspectos legais

2 - Uso dos recursos ambientais a partir dos indicadores mais relevantes.

3 - Caracterização da produção de bens materiais: caça, pesca, coleta, materiais artesanais, alimentos cultivados, remédios.

4 - Mapeamento das áreas de dispersão das atividades produtivas, com fins de troca.

5 - Identificação dos circuitos sociais básicos.

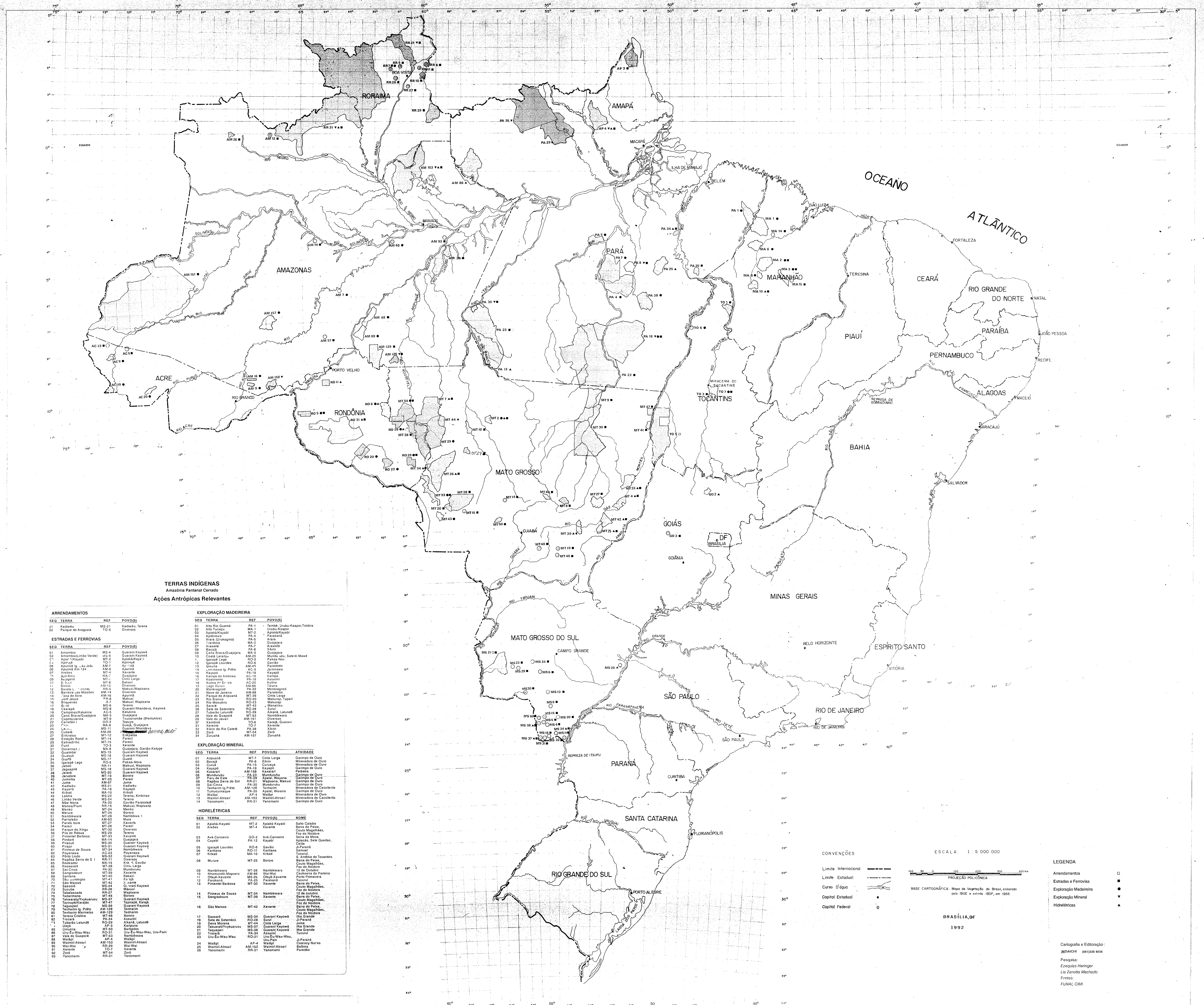
6 - Localização das áreas de uso comum entre povos.

7 - Consideração das expectativas e aspirações dos povos indígenas de cada área, tendo como referência suas experiências etno-históricas.

A partir desse roteiro básico, que deverá ser apropriadamente desenvolvido, os possíveis impactos de ações antrópicas sobre os índios poderão ser melhor conhecidos. Uma dedicada análise ao lado da participação dos povos indígenas na gestão ambiental, certamente encaminhará uma Política Ambientalista-Indigenista intermediadora e reforçadora da aliança dos índios com o futuro.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARNAUD, E.; ALVES, A.R. "A Extinção dos Índios Kararaô", Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 53:1-19, Belém, 1974.
- BAYNES, Stephen G. "A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: administrações indigenistas, mineração de estanho e a construção de autodeterminação indígena dirigida", Universidade de Brasília, Serie Antropologia, nº 126, Brasília, 1992.
- CIMI/CNBB. "Terra, sim, violência não", Semana do Índio, 1983.
- COLLIER, John. "Los Indios de las Americas", Fondo de Cultura Economica, México, 1960.
- COUTO DE MAGALHÃES, J.V. "Ensaio de Antropologia - Região e Raças Selvagens", RIHGB, T. 36, p. 2., Rio de Janeiro, 1873.
- FERRAZ, Iara et alii, "Relatório de Identificação da Área Indígena Marãiwatsédé", Brasília, 1992.
- FUNAI. "Levantamento das Interferências em Áreas Indígenas", Brasília, 1990.
- FUNAI. "Listagem das Terras Indígenas", Brasília, 1992.
- GOMES, Mercio Pereira. "Os Índios e o Brasil", ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1990.
- HERINGER FILHO, E. P. "Levantamento Etnográfico dos Grupos Indígenas da Região do Aripuanã: Cinta Larga, Suruí, Gavião, Cabeça Seca, Arara", CNPq, Brasília, 1975.
- HERINGER FILHO, E. P. "Os Torá", CNPq, Brasília, 1981.
- HERINGER FILHO, E. P. "Relatório Munduruku", CIMI, Manaus, 1983.
- IPARJ/ELETRONBRAS. "Diretrizes para o Relacionamento do Setor Elétrico com os Povos Indígenas do Brasil", Relatório de Pesquisa, Rio de Janeiro, 1989.
- IPARJ/ELETRONBRAS. "O Universo Indígena no Brasil", Relatório de Pesquisa, Rio de Janeiro, 1988.
- MACHADO, Lia Zanotta. "Heterogeneidade Cultural e Política na América Latina", Brasília, 1992.
- MOREIRA NETO, C. A. "Problemas da Política Indigenista Brasileira", Comunicação ao V Congresso Indigenista Interamericano, Quito, 1964.
- MOREIRA NETO, C. A. "A Política Indigenista Brasileira durante o Século XIX", tese de doutoramento, Rio Claro, 1971.
- MOURA, Rômulo. "Inquérito Epidemiológico dos Waimiri-Atroari", IMTM, Manaus, 1988.
- NIMUENDAJU, Curt. "Textos Indigenistas", ed. Loyola, São Paulo, 1982.
- OPAN. "Ação Indigenista como Ação Política", ed. Gráfica, Cuiabá, 1987.
- RIBEIRO, Berta. "O Índio na História do Brasil", ed. Global, São Paulo, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. "A Política Indigenista Brasileira", Coleção Atualidades Agrária nº 1, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1962.
- RIBEIRO, Darcy. "Os Índios e a Civilização", Coleção Retratos do Brasil, vol. nº 77, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1950.
- SOUZA PITANGA, A.F. "O Selvagem perante o Direito", RIHGB, Rio de Janeiro, 1901.



TERRAS INDÍGENAS
Amazônia Pantanal Cerrado
Ações Antrópicas Relevantes

ARRENDAMENTOS			EXPLORAÇÃO MADEIREIRA		
SEQ. TERRA	REF.	POVO(S)	SEQ. TERRA	REF.	POVO(S)
01	Kadewé	MS-21	01	Alto Rio Guaná	PA-1
02	Parque do Anagnã	TO-5	02	Alto Tururu	MA-1
ESTRADAS E FERROVIAS			EXPLORAÇÃO MINERAL		
01	Amambai	MS-4	01	Alcobaça	MT-7
02	Amambai Verde	MS-5	02	Bacia	PA-8
03	Apinã Kayabi	MS-6	03	Cunha	PA-10
04	Apinã Kayabi	MS-7	04	Cunha	PA-11
05	Apinã Kayabi	MS-8	05	Cunha	PA-12
06	Apinã Kayabi	MS-9	06	Cunha	PA-13
07	Apinã Kayabi	MS-10	07	Cunha	PA-14
08	Apinã Kayabi	MS-11	08	Cunha	PA-15
09	Apinã Kayabi	MS-12	09	Cunha	PA-16
10	Apinã Kayabi	MS-13	10	Cunha	PA-17
11	Apinã Kayabi	MS-14	11	Cunha	PA-18
12	Apinã Kayabi	MS-15	12	Cunha	PA-19
13	Apinã Kayabi	MS-16	13	Cunha	PA-20
14	Apinã Kayabi	MS-17	14	Cunha	PA-21
15	Apinã Kayabi	MS-18	15	Cunha	PA-22
16	Apinã Kayabi	MS-19	16	Cunha	PA-23
17	Apinã Kayabi	MS-20	17	Cunha	PA-24
18	Apinã Kayabi	MS-21	18	Cunha	PA-25
19	Apinã Kayabi	MS-22	19	Cunha	PA-26
20	Apinã Kayabi	MS-23	20	Cunha	PA-27
21	Apinã Kayabi	MS-24	21	Cunha	PA-28
22	Apinã Kayabi	MS-25	22	Cunha	PA-29
23	Apinã Kayabi	MS-26	23	Cunha	PA-30
24	Apinã Kayabi	MS-27	24	Cunha	PA-31
25	Apinã Kayabi	MS-28	25	Cunha	PA-32
26	Apinã Kayabi	MS-29	26	Cunha	PA-33
27	Apinã Kayabi	MS-30	27	Cunha	PA-34
28	Apinã Kayabi	MS-31	28	Cunha	PA-35
29	Apinã Kayabi	MS-32	29	Cunha	PA-36
30	Apinã Kayabi	MS-33	30	Cunha	PA-37
31	Apinã Kayabi	MS-34	31	Cunha	PA-38
32	Apinã Kayabi	MS-35	32	Cunha	PA-39
33	Apinã Kayabi	MS-36	33	Cunha	PA-40
34	Apinã Kayabi	MS-37	34	Cunha	PA-41
35	Apinã Kayabi	MS-38	35	Cunha	PA-42
36	Apinã Kayabi	MS-39	36	Cunha	PA-43
37	Apinã Kayabi	MS-40	37	Cunha	PA-44
38	Apinã Kayabi	MS-41	38	Cunha	PA-45
39	Apinã Kayabi	MS-42	39	Cunha	PA-46
40	Apinã Kayabi	MS-43	40	Cunha	PA-47
41	Apinã Kayabi	MS-44	41	Cunha	PA-48
42	Apinã Kayabi	MS-45	42	Cunha	PA-49
43	Apinã Kayabi	MS-46	43	Cunha	PA-50
44	Apinã Kayabi	MS-47	44	Cunha	PA-51
45	Apinã Kayabi	MS-48	45	Cunha	PA-52
46	Apinã Kayabi	MS-49	46	Cunha	PA-53
47	Apinã Kayabi	MS-50	47	Cunha	PA-54
48	Apinã Kayabi	MS-51	48	Cunha	PA-55
49	Apinã Kayabi	MS-52	49	Cunha	PA-56
50	Apinã Kayabi	MS-53	50	Cunha	PA-57
51	Apinã Kayabi	MS-54	51	Cunha	PA-58
52	Apinã Kayabi	MS-55	52	Cunha	PA-59
53	Apinã Kayabi	MS-56	53	Cunha	PA-60
54	Apinã Kayabi	MS-57	54	Cunha	PA-61
55	Apinã Kayabi	MS-58	55	Cunha	PA-62
56	Apinã Kayabi	MS-59	56	Cunha	PA-63
57	Apinã Kayabi	MS-60	57	Cunha	PA-64
58	Apinã Kayabi	MS-61	58	Cunha	PA-65
59	Apinã Kayabi	MS-62	59	Cunha	PA-66
60	Apinã Kayabi	MS-63	60	Cunha	PA-67
61	Apinã Kayabi	MS-64	61	Cunha	PA-68
62	Apinã Kayabi	MS-65	62	Cunha	PA-69
63	Apinã Kayabi	MS-66	63	Cunha	PA-70
64	Apinã Kayabi	MS-67	64	Cunha	PA-71
65	Apinã Kayabi	MS-68	65	Cunha	PA-72
66	Apinã Kayabi	MS-69	66	Cunha	PA-73
67	Apinã Kayabi	MS-70	67	Cunha	PA-74
68	Apinã Kayabi	MS-71	68	Cunha	PA-75
69	Apinã Kayabi	MS-72	69	Cunha	PA-76
70	Apinã Kayabi	MS-73	70	Cunha	PA-77
71	Apinã Kayabi	MS-74	71	Cunha	PA-78
72	Apinã Kayabi	MS-75	72	Cunha	PA-79
73	Apinã Kayabi	MS-76	73	Cunha	PA-80
74	Apinã Kayabi	MS-77	74	Cunha	PA-81
75	Apinã Kayabi	MS-78	75	Cunha	PA-82
76	Apinã Kayabi	MS-79	76	Cunha	PA-83
77	Apinã Kayabi	MS-80	77	Cunha	PA-84
78	Apinã Kayabi	MS-81	78	Cunha	PA-85
79	Apinã Kayabi	MS-82	79	Cunha	PA-86
80	Apinã Kayabi	MS-83	80	Cunha	PA-87
81	Apinã Kayabi	MS-84	81	Cunha	PA-88
82	Apinã Kayabi	MS-85	82	Cunha	PA-89
83	Apinã Kayabi	MS-86	83	Cunha	PA-90
84	Apinã Kayabi	MS-87	84	Cunha	PA-91
85	Apinã Kayabi	MS-88	85	Cunha	PA-92
86	Apinã Kayabi	MS-89	86	Cunha	PA-93
87	Apinã Kayabi	MS-90	87	Cunha	PA-94
88	Apinã Kayabi	MS-91	88	Cunha	PA-95
89	Apinã Kayabi	MS-92	89	Cunha	PA-96
90	Apinã Kayabi	MS-93	90	Cunha	PA-97
91	Apinã Kayabi	MS-94	91	Cunha	PA-98
92	Apinã Kayabi	MS-95	92	Cunha	PA-99
93	Apinã Kayabi	MS-96	93	Cunha	PA-100

CONVENÇÕES

- Limite Internacional
- Limite Estadual
- Curso D'água
- Capital Estadual
- Capital Federal

ESCALA: 1:500.000

PROJEÇÃO POLICÔNICA

BASE CARTOGRÁFICA: Mapa de Vegetação do Brasil, elaborado pelo IBGE e extinto IBDF, em 1968.

BRASÍLIA, DF
1992

LEGENDA

- Arrendamentos
- Estradas e Ferrovias
- Exploração Madeireira
- Exploração Mineral
- Hidrelétricas

Cartografia e Edição: IBAMA/IBDF (011225-4034)

Pesquisas: Ezequiel Heninger, Lia Zanetti Machado, Fátima FUNAI, CIMI